



## CAPITULO II

### 2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 2.1. Da Administração Direta

##### 2.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária Estadual para o exercício de 2014 foi prevista em R\$ 18.939.738.323,79 e teve seu valor ajustado até o final do ano para R\$ 20.895.705.855,32. Sua realização atingiu a cifra de R\$ 18.442.600.897,59, resultando em uma arrecadação a menor de R\$ 2.453.104.957,73 em comparação com a previsão final. A receita realizada representa, portanto 88,26% da receita prevista.

A Receita Orçamentária tem como principal componente a categoria "Receitas Correntes" no total de R\$ 18.431.557.558,51, incluídas as receitas intraorçamentárias, por estarem inclusas nesta rubrica o ICMS e o FPE que são as duas principais fontes de receita do Estado e juntas somaram R\$ 14.678.135.237,09, representando 79,64% da sua categoria.

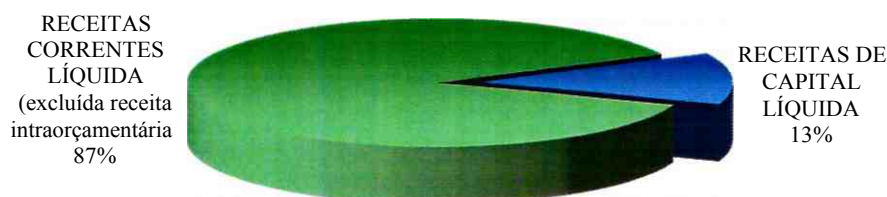
A Receita Tributária e as Transferências Correntes são responsáveis por 95,85% dos ingressos correntes de recursos para o Estado, juntas somaram R\$ 17.667.678.069,15.

TABELA 16  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA COM A  
REALIZADA, POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA		VARIÇÃO %		(R\$ 1,00)
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZ.	PARTIC.	
1. RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES	18.464.224.946,74	18.431.557.558,51	99,82		87,79
1.1. Tributária	10.749.680.123,44	10.726.907.388,33	99,79		51,09
1.2. Patrimonial	212.035.915,64	346.154.429,20	163,25		1,65
1.3. Receita de Serviços	18.265.555,00	10.665.466,81	0,00		0,05
1.4. Transf. Correntes	7.070.673.555,75	6.940.770.680,82	98,16		33,06
1.5. Outras Rec. Correntes	413.569.796,91	407.059.593,35	98,43		1,94
1.6. (-) Deduções	2.507.538.535,71	2.553.270.053,81	101,82		
TOTAL RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA	15.956.686.411,03	15.878.287.504,70	99,51		86,10
2. RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES	4.931.840.186,29	2.446.051.443,38	49,60		25,48
2.1. Operações de Crédito	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	50,51		7,78
2.2. Alienação de Bens	212.262,49	2.909.230,00	1.370,58		0,01
2.3. Transf. de Capital	1.671.247.381,56	740.532.897,27	44,31		3,53
2.4. Outras Rec. Capital	26.145.657,50	68.862.517,03	263,38		0,33
2.5. (-) Deduções	0,00	0,00	(1,00)		0,00
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL LÍQUIDA	4.931.840.186,29	2.446.010.281,12	49,60		13,26
3. REC. INTRAORÇAMENTÁRIA (OUT. REC. CORRENTES)	7.179.258,00	118.303.111,77	1.647,85		0,56
3.1. (-) Deduções	0,00	41.162,26	0,00		0,00
<b>4 TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES</b>	<b>23.403.244.391,03</b>	<b>20.995.912.113,66</b>	<b>89,71</b>		<b>100,00</b>
<b>5 TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES</b>	<b>2.507.538.535,71</b>	<b>2.553.311.216,07</b>	<b>101,83</b>		

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO III  
RECEITAS CORRENTE X RECEITAS DE CAPITAL



Fonte: S2GPR/SEFAZ

### 2.1.1.1. Receitas Correntes

Acham-se agrupadas nesta Categoria Econômica as Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação de R\$ 18.431.557.558,51 incluídas as receitas intraorçamentárias, e participa com um percentual de 87,79% da Receita Orçamentária, tendo sido inferior à previsão orçamentária em 0,20%.

A apuração da Receita Corrente Líquida (Tabela 37) encontra-se na análise da Despesa com Pessoal.

#### Receita Tributária

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2014 que consta na Lei Orçamentária Anual - LOA, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em síntese, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2014, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação, abaixo especificadas:

Variáveis macroeconômicas projetadas para 2014	(em %)
Taxas de Inflação esperada	5,7
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Nacional	3,5
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Estadual	4,5

Fonte: SEPLAG



A Tabela seguinte apresenta o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R\$ 10.749.680.123,44, contido no comparativo da Receita Orçada com a arrecadada, no exercício de 2014, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.

TABELA 17  
RECEITA TRIBUTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIACÃO %	
			REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
IMPOSTOS	10.715.988.164,44	10.716981.786,72	99,99	99,89
ICMS	9.356.038.420,44	9.350.981.088,13	99,95	87,17
IPVA	590.733.903,00	575.958.102,34	97,50	5,37
ITCMD	54.216.130,00	56.413.035,34	104,05	0,53
IRRF	714.999.711,00	733.629.560,91	102,61	6,84
TAXAS	33.691959,00	9.925.601,61	29,46	<b>0,09</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>10.749.680.123,44</b>	<b>10.726907388,33</b>	<b>99,79</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Findo o exercício de 2014 procedeu-se o confronto entre os valores estimados e os realizados com o foco de se avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades.

A receita tributária efetivamente arrecadada em 2014 atingiu R\$ 10,727 bilhões, se aproximando bastante do valor previsto, inferior em apenas 0,21%.

Ressalte-se que a previsão referente a arrecadação do imposto de renda retido na fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos pagos pelo Estado, suas Autarquias e Fundações seguiu a previsão do Governo Federal. Para 2014 a previsão do IRRF foi de R\$ 715 milhões, tendo sido efetivamente arrecadado R\$ 734 milhões, superior à sua previsão 2,61%.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infra-estrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário.

## DA EXECUÇÃO DA RECEITA

A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2014, atingiu na sua realização o montante de R\$ 10,727 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 87,17% da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 5,37%, o ITCD com 0,53% e as taxas 0,09. Ressalte-se que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações — IRRF, cuja participação foi de 6,84%.

A receita tributária obteve um crescimento nominal de 9,44%, comparado ao exercício de 2013, quando se atingiu o valor de R\$ 9,801 bilhões, conforme demonstrado no Tabela 12.

TABELA 18  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA -2013/2014

RECEITAS	VALOR R\$		VARIÇÃO 2014/2013	(R\$ 1,00)
	2013	2014		Partic rel. %
<b>IMPOSTOS</b>	<b>9.790.866.415</b>	<b>10.716.981.786</b>	<b>9,46%</b>	<b>99,91%</b>
ICMS	8.565.578.586	9.350.981.088	9,17%	87,17%
IPVA	510.711.568	575.958.102	12,78%	5,37%
ITCD	59.510.673	56.413.035	-5,21%	0,53%
IRRF	655.065.588	733.629.561	11,99%	6,84%
<b>TAXAS</b>	<b>10458431</b>	<b>9 925.602</b>	<b>-5,09%</b>	<b>0,09%</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>9.801.324.846</b>	<b>10.726.907.388</b>	<b>9,44%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

## DESEMPENHO DA RECEITA DE IMPOSTOS EM VALORES NOMINAIS

O conjunto dos impostos arrecadados no exercício de 2014 - receita tributária excluído o valor das taxas - representou 99,91% da receita tributária, alcançando o valor de R\$ 10,727 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 9,46%, comparado com 2013, conforme demonstrado na anterior.

### IPVA

A arrecadação do IPVA em 2014 foi de R\$ 575,96 milhões, com crescimento nominal de 12,78%. Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que em sua composição leva em consideração os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, levando também em consideração a depreciação do veículo ao longo dos anos. Dentre os fatores que influenciaram para o incremento de



arrecadação apresentado destacam-se: redução da inadimplência devido ao maior esforço de cobrança e o aumento de licenciamento de novos veículos.

### ITCD

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCD, em 2014, foi de R\$ 56,41 milhões, apresentando redução de -5,21%, quando comparado com 2013. Esse imposto corresponde a 0,53% da receita tributária. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens, da maior divulgação do ITCD nas operações de doações de bens e valores e do cruzamento de informações geradas pela Receita Federal do Brasil - RFB.

### ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo de importância vital para o equilíbrio das contas públicas. A arrecadação desse imposto em 2014, respondeu pelo ingresso R\$ 9,351 bilhões, correspondendo a 87,17% da receita tributária, apresentando um crescimento nominal de 9,17% quando comparado com o exercício de 2013. Vale ressaltar que pela primeira vez a arrecadação do ICMS cearense ultrapassa os R\$ 9 bilhões.

Para o exercício de 2014, as evoluções das taxas do **PIB** nacional e local apresentaram trajetórias ascendentes, segundo a previsão do Instituto de Pesquisa e IPECE a previsão do **PIB** nacional é de crescimento de apenas 0,1% e do **PIB** estadual de crescimento de 4%. O crescimento do ICMS do Estado do Ceará alcançou um bom resultado, tendo o produto tributário ultrapassado o crescimento da base econômica nacional e estadual.

Nos últimos exercícios a arrecadação do ICMS apresentada na tabela e no gráfico a seguir, obteve o seguinte desempenho:

TABELA 19  
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO ICMS - CEARÁ  
2006-2014

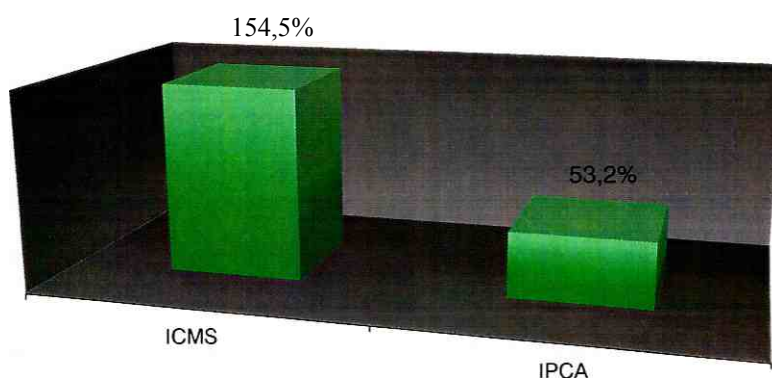
DISCRIMINAÇÃO	VALORES CORRENTES EM R\$ MILHÕES	VARIAÇÃO% REALIZAÇÃO
2006	3.674	
2007	3.867	5,25%
2008	4.642	20,04%
2009	5.027	8,29%
2010	6.037	20,09%
2011	6.680	10,65%
2012	7.542	12,90%
2013	8.566	13,57%
2014	9.351	9,17%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



A arrecadação do ICMS apresentou, em 2014, na comparação com 2013, um crescimento nominal de 9,17%. Se procedermos a um comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2014, com a arrecadação de 2006, período correspondente a atual administração governamental, levando-se em consideração também o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, observa-se uma evolução de 53,2% do IPCA e de 154,5% do ICMS, o que evidencia um bom comportamento da arrecadação.

GRÁFICO IV  
COMPARATIVO DO ICMS COM O IPCA NO PERÍODO DE 2006 A 2014



### ICMS ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO

TABELA 20  
DEMONSTRATIVO DO ICMS ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO - 2013 - 2014

SEGMENTOS	VALOR		VARIÇÃO % 2013/2014	PART. TOTAL ICMS 2014
	2013	2014		
INDUSTRIAL	1.769.654	1.862.853	5,27%	19,92%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	741.160	717.129	-3,24%	7,67%
COMERCIO ATACADISTA	1.709.393	1.951.745	14,18%	20,87%
COMERCIO VAREJISTA	1.346.423	1.491.231	10,76%	15,95%
ENERGIA ELÉTRICA	644.687	726.090	12,63%	7,76%
COMBUSTÍVEL	1.815.739	1.938.413	6,76%	20,73%
DEMAIS SEGMENTOS	204.718	283.542	38,50%	3,03%
FECOP	333.805	379.977	13,83%	4,06%
<b>TOTAL ICMS</b>	<b>8.565.579</b>	<b>9.350.981</b>	<b>9,17%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos evidencia que no exercício de 2014, com exceção do segmento de serviços de comunicação, todos os demais apresentaram crescimento.

O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 20,73% do total do ICMS, apresentou crescimento nominal de 6,76%, comparativamente ao exercício de 2013, resultante da majoração no valor de referência para a cobrança do ICMS por substituição tributária (PMPF) nas operações com combustíveis.

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 19,92% apresentou crescimento do ICMS de 5,27%, totalizando um montante arrecadado em 2014 de R\$ 1,863 bilhão.

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 20,87% e 15,95% respectivamente na arrecadação do ICMS global do Estado e obtiveram como resultado da arrecadação uma expansão de 14,18% para o comércio atacadista e de 10,76% para o comércio varejista.

A arrecadação do segmento energia elétrica apresentou participação no ICMS total de 7,76% e variação positiva de 12,63% no exercício de 2014 quando comparado com o exercício anterior, resultante da majoração tarifária de 2014, ocorrida em abril de 2014 e do crescimento do consumo de energia.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 7,67% da participação global, apresentando redução de 3,24 quando comparado com 2013.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2014 quando comparado com 2013 de 13,83%.

## **PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL**

Um ponto de destaque que pode ser feito é quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território - Produto Interno Bruto - PIB. No gráfico a seguir, em 2014 a participação do ICMS no PIB foi de 7,99%. Pode-se inferir com estes resultados, que a arrecadação do ICMS cearense no exercício de 2014 atingiu uma boa eficiência pela superação que se evidencia do crescimento da arrecadação em relação a sua base tributária, em grande parte contida na medição do PIB cearense.

Um fator que está influenciando na boa performance do ICMS é a política de redução do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a ampliação da base de incidência do imposto e por consequência aumento da arrecadação.

GRÁFICO V  
PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB DO CEARÁ



#### COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL

O Estado do Ceará alterou a participação do ICMS do Estado no total do Brasil apresentando um aumento nessa participação. No ano de 2013 esta participação era de 2,36%, passando para 2,44% no exercício de 2014.

A posição do Estado do Ceará em termos de volume arrecadado, no contexto nacional posiciona-se na 10ª colocação dentre as unidades federadas de todo o Brasil e na região nordeste ocupa a 3ª posição.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2014 quando comparado com 2013 de 13,83%. O FECOP é composto pelo adicional de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS incidente sobre os seguintes produtos e serviços: bebidas alcoólicas; armas e munições; embarcações esportivas; fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria; aviões ultraleves e asas-delta; energia elétrica e gasolina.



TABELA 21

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECOP

(R\$ 1 (X))			
RECEITA			
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA %
ICMS ADICIONAL FECOP	406.198.199,00	379.977.022,30	93,54
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	24.517.000,00	27.327.210,05	111,46
DÍVIDA ATIVA - FECOP	1.844.487,85	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	3.098.158,82	955.171,23	30,83
MULTAS E JUROS DE MORA - DÍVIDA ATIVA	2.524,52	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE PENALIDADE - DÍVIDA ATIVA	141.740,68	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS FECOP	0,00	341.283,90	0,00
RESTITUIÇÕES DE CONV CONCEDIDOS REC FECOP	0,00	833.771,53	0,00
RESTITUIÇÕES DIVERSAS FECOP	111.690.780,23	22.237,75	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>547.492.891,10</b>	<b>409.456.696,76</b>	<b>74,79</b>

DESPESA REALIZADA			
(R\$ 1,00)			
CÓDIGO	ÓRGÃOS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
080001	SEINFRA	21.566.498,37	3,91
110001	GAB GOV	6.058.026,00	1,10
191011	ENCARGOS	112.546.447,45	20,41
210001	SDA	114.814.144,25	20,83
210101	EMATERCE	14.093.237,61	2,56
220001	SEDUC	136.238.551,34	24,71
240401	FUNDES	19.362.618,36	3,51
270001	SECULT	847.361,64	0,15
290001	SRH	1.468.391,90	0,27
290101	SOHIDRA	1.048.175,41	0,19
310001	SECITECE	50.000,00	0,01
420001	SESPORTE	3.088.079,08	0,56
430001	CIDADES	45.312.483,35	8,22
470001	STDS	26.865.269,35	4,87
470201	FEAS	47.942.556,32	8,70
<b>TOTAL</b>		<b>551.301.840,43</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Conforme Tabela anterior, a SEDUC foi a que mais se destacou com os recursos do FECOP (24,71%), seguido Desenvolvimento Agrário (20,83%) e FEAS (8,70)%.

De acordo com Tabela seguinte, as despesas com o FECOP obtiveram um acréscimo nominal de 35,97% em relação ao exercício de 2013. Das despesas do FECOP, por função de governo, destaca-se no exercício de 2014 o gasto com a Função Educação, correspondente a 24,71% do total das despesas empenhadas.



TABELA 22

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2013 - 2014

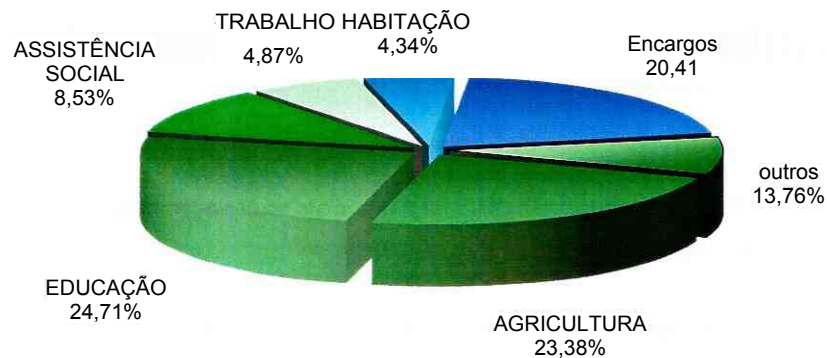
(RS 1,00)

FUNÇÃO	2013	PART.%	2014	PART.%	VARIAÇÃO % 2013/2014
AGRICULTURA	103.644.714,39	25,56%	128.907.381,86	23,38%	24,37%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	44.670.916,86	11,02%	47.015.772,45	8,53%	5,25%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00%	50.000,00	0,01%	0,00%
COMUNICAÇÕES	1.937.500,00	0,48%	0,00	0,00%	-100,00%
CULTURA	2.225.019,09	0,55%	847.361,64	0,15%	-61,92%
DESPORTO E LAZER	3.565.552,81	0,88%	3.088.079,08	0,56%	-13,39%
DIREITOS DA CIDADANIA	5.666.213,40	1,40%	6.984.809,87	1,27%	23,27%
EDUCAÇÃO	134.605.748,29	33,20%	136.238.551,34	24,71%	1,21%
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00%	112.546.447,45	20,41%	0,00%
GESTÃO AMBIENTAL	1.268.077,40	0,31%	1.502.863,26	0,27%	18,52%
HABITAÇÃO	21.655.599,69	5,34%	23.915.505,76	4,34%	10,44%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.413.250,00	0,60%	0,00	0,00%	-100,00%
SANEAMENTO	5.994.993,96	1,48%	4.662.551,98	0,85%	-22,23%
SAÚDE	0,00	0,00%	19.362.618,36	3,51%	0,00%
TRABALHO	26.384.712,98	6,51%	26.865.269,35	4,87%	1,82%
TRANSPORTE	30.000.000,00	7,40%	21.566.498,37	3,91%	28,11%
URBANISMO	20.938.105,65	5,16%	17.748.129,66	3,22%	-15,24%
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	486.746,71	0,12%	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>405.457.151,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>551.301.840,43</b>	<b>100,00%</b>	<b>35,97%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO VI

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ



Ressalte-se que, no Estado do Ceará, a operacionalização do FECOP é, como fonte de recursos, o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da leitura do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, *in verbis*:

**Art. 1º (...)**

*§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado "Recursos Provenientes do FECOP".*

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executoras e a operacionalização é feita como fonte de recursos.

- Lei Complementar nº 148, de 24 de dezembro de 2014, altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000, cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social.

Em cumprimento ao Art. 58, da Lei Complementar nº 101, de 04 de 2000, que discorre: "A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperações de créditos nas instâncias administrativas e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições," procedem-se, a seguir, comentários sobre as ações desenvolvidas no exercício de 2014.

#### **REALIZAÇÕES 2014**

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária, a ampliação da sistemática de substituição tributária e o fortalecimento do monitoramento fiscal. As ações realizadas em 2014 de forma detalhada foram:

## SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED

**Nota Fiscal Eletrônica - Nfe** - Atualmente todos os contribuintes, exceto MEI, estão obrigados à emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NFe, sendo que 6.974 contribuintes ingressaram no exercício de 2014. Destaca-se que no período de janeiro a dezembro de 2014 foram autorizadas 57,96 milhões de NFe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 201,945 bilhões;

Com a implementação do Controle de Ocorrências vinculadas a NFe, durante o período de janeiro a dezembro de 2014 foram registrados 35,779 milhões de eventos, dos quais destacamos os relacionadas com a manifestação do destinatário da NFe:

- ✓ 1,159 milhões de Ciência da Emissão - Recebimento pelo destinatário de existência de NFe em que ele é destinatário, mas ainda não há elementos suficientes para apresentar uma manifestação conclusiva;
- ✓ 1,659 milhões de Confirmação da Operação - Manifestação do destinatário confirmando que a operação descrita na NFe ocorreu efetivamente;
- ✓ 57.976 Desconhecimento da Operação - Manifestação do destinatário declarando que a operação descrita da NFe não foi por ele solicitada;
- ✓ 11.416 Operação não Realizada: - Operação não realizada - Manifestação do destinatário declarando que a operação descrita na NFe foi por ele solicitada, mas não foi efetivada;

Quanto aos demais eventos registrados no mesmo período temos:

<b>Demais Eventos da NFe</b>	<b>Quantidade de Eventos</b>
Autorização CTe	17.418.335
Registro Passagem NFe	13.828.545
Cancelamento NFe	935.352
Carta de Correção	296.013
Cancelamento CTe	383.789
Vistoria SUFRAMA	13.018
Internalização SUFRAMA	12.433
Cancelamento Registro Passagem NFe	160
Registro Passagem NFe BRId	4.065

**Conhecimento de Transporte Eletrônico - Cte** - O Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe permite um controle maior das operações de trânsito de mercadorias, tendo em vista que as NFe são relacionadas em cada CTe emitido, o que facilita e agiliza o registro de passagem das mercadorias na entrada ou saída do Estado,

reduzindo o tempo de permanência dos veículos das transportadoras nos Postos Fiscais de divisa, implicando na redução de custos operacionais.

Atualmente 2.719 transportadoras estão obrigadas à emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe, sendo que 1.465 contribuintes estão devidamente credenciados como emissores de CTe. Destaca-se que no período de janeiro a dezembro de 2014 foram autorizadas 13,777 milhões de CTe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 434,328 bilhões em valor total de serviços prestados.

**Manifesto Eletrônicos de Documentos Fiscais - MDFe** - O Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDFe) foi criado para vincular os documentos fiscais utilizados na operação e/ou prestação, à unidade de carga utilizada no transporte. Deve ser emitido pelas transportadoras nas entregas com mais de um conhecimento de transporte; pelas empresas que transportam carga em veículos próprios arrendados ou por meio de transportador subcontratado, nas entregas com mais de uma nota fiscal.

A finalidade do MDFe é agilizar o registro em lote de documentos fiscais e identificar a unidade de carga utilizada e demais características do transporte.

Salienta-se que a autorização de uso do MDFe implicará em registro posterior dos eventos, nos documentos fiscais eletrônicos nele relacionados. Atualmente 902 empresas credenciadas estão emitindo o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDFe no Estado do Ceará, sendo que deste total, 902 contribuintes já estão obrigados a emissão.

r.

## **AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO**

### **Autos de Infração Lavrados**

- a) **Trânsito de Mercadorias** - Lavrados 8.033 Autos de Infração até dezembro de 2014, na Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, no valor principal total corrigido de R\$ 9,94 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 34,52 milhões.
- b) **Fiscalização de Empresas** - que resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de Auto de Infração, no valor principal corrigido de R\$ 285,54 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 808,85 milhões, conforme tabela a seguir:

**Autos de Infração Pagos em 2014** - No período de janeiro a dezembro de 2014, os Autos de Infração pagos totalizaram R\$ 304,59 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como, demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário, conforme tabela seguir:

TABELA 23  
DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO PAGOS

(R\$ 1,00)

TIPO	QTDE AI	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
AUDITORIA	40.944	190.830.623,04	35.829.424,12	16.759.775,52	243.419.822,68
CEXAT	18.707	34.598.766,12	3.246.983,68	1.393.298,65	39.239.048,45
TRÂNSITO DE MERCADORIAS	9.143	11.406.011,83	10.197.665,68	328.323,42	21.932.000,93
<b>TOTAL</b>	<b>68.794</b>	<b>236.835.400,99</b>	<b>49.274.073,48</b>	<b>18.481.397,59</b>	<b>304.590.872,06</b>

\* Ressalta-se que nos valores recolhidos de Auto de Infração estão incluídos os inscritos em Dívida Ativa.

### AÇÕES DECORRENTES DA GESTÃO FISCAL DOS MACROSEGMENTOS ECONÔMICOS

- **Redução da perda do ICMS decorrente do enquadramento indevido de alguns consumidores de energia elétrica na classe rural** - Durante o exercício de 2014, a correção dos erros de enquadramento mais flagrantes proporcionaram a recuperação de crédito tributário no valor de R\$ 5,4 milhões relativos aos exercícios de 2009 a 2013.
- **Ações fiscais em andamento referente a crédito indevido de energia elétrica pelo setor industrial** - Ação resultou em recolhimento de ICMS no valor aproximado de R\$ 1,6 milhão em 2014.
- **Ações fiscais devido a falta de recolhimento de ICMS por substituição tributária nas aquisições interestaduais de energia elétrica por estabelecimento fabricante de cimento** - Ação resultou em recolhimento, em 2014, de R\$ 10,3 milhões de ICMS e encargos.
- **Ações fiscais em andamento, na Setorial de Comunicação, objetivando recuperação de crédito tributário relativo a falta de recolhimento do ICMS diferido conforme previsto no Convênio nº 128/2010** - Previsão de recolhimento de ICMS, para o primeiro semestre de 2015, no valor aproximado de R\$ 6 milhões.
- **Majoração no valor de referência para a cobrança do ICMS por substituição tributária (PMPF) nas operações com combustíveis: Gasolina "C", diesel e etanol, a partir de janeiro de 2014, resultando em incremento de R\$ 52,3 milhões no ano; GLP, a partir de abril de 2014, resultando em incremento da arrecadação de R\$ 9,6 milhões no ano.**

TABELA 24  
AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

Status do Auto de Infração	(Em R\$ milhões)		
	2012	2013	2014
Quitado	35,80	30,11	10,94
Em Julgamento	76,53	228,75	170,39
Inscrito Dívida Ativa	1,62	0,09	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>113,95</b>	<b>258,95</b>	<b>181,33</b>

Fonte: Sistema CAF

### AÇÕES DA GESTÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR

- **Simplificação do Processo de Exportação Indireta** - O Decreto nº 31.471/2014 substituiu o anterior Decreto nº 30.372/2010 e trouxe como avanço a simplificação do processo de exportação indireta extinguindo a obrigatoriedade do credenciamento junto à Sefaz. Desde 2011 o controle pleno destas operações vem sendo realizado por meio do Sistema de Comércio Exterior - SISCOEX. O Decreto simplificou, também, os procedimentos pertinentes as operações de Admissão Temporária fazendo as adequações trazidas pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.361, de 21 de maio de 2013.
- **Sistema de Controle do Comércio Exterior - SISCOEX** - Aprimoramento do processo de controle das operações de Comércio Exterior, visando controlar as operações relativas à Importação, facilitando a operacionalização do cálculo do ICMS, a emissão da Guia de Liberação de Mercadoria Estrangeira - GLME, a emissão do Documento de Arrecadação Estadual - DAE/Guia Nacional de Recolhimento Estadual - GNRE, fornecendo relatórios gerenciais, consultas diversas, dados estatísticos, levantamento do montante do ICMS exonerado e do pago, e o controle sobre os benefícios fiscais. Este aprimoramento traz com vantagem agilidade e segurança na entrega eletrônica via internet por meio de acesso seguro dos documentos complementares que comprovem a efetiva exportação, tais como: Registro de Exportação, Despacho de Exportação, Conhecimento de Embarque Internacional - BL ou AWB e chave de acesso da NFe de exportação, que juntamente com as informações captadas do banco de dados da NFe e SPED Fiscal permitem a consolidação destas informações com precisão.
- **Ações de Fiscalização e Monitoramento** - Foram realizadas ações de monitoramento fiscal em **100** empresas durante o período de janeiro a dezembro de 2014 destas ações foram recolhidos aos cofres estaduais o montante de **R\$ 147.208,19** e autuados **R\$ 4.265.662,02**.



- **Análise de Processos com Desoneração do ICMS Importação** - Foram analisados **6.092** processos de benefícios fiscais de ICMS importação, no prazo máximo de 48 horas, destacando-se a análise dos processos de diferimento, drawback e mandado judicial que representam 85% dos processos analisados entre janeiro a dezembro/2014.

TABELA 25  
DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS

(R\$ 1,00)

Modalidade	Quant. Processos	Valor do ICMS Importação Desonerado
Diferimento FDI	5.265	943.772.542,69
Drawback	684	145.937.986,09
Mandado Judicial	143	6.444.307,34
<b>Total</b>	<b>6.092</b>	<b>1.096.154.836,12</b>

**Admissão Temporária**

(R\$ 1,00)

Modalidade	Quant. Processos	Valor do ICMS Importação
Cadastro	65	
Prorrogação	117	1.084.242,28
Nacionalização	29	2.511.716,88
Reexportação	75	
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>3.595.959,16</b>

**Termos de Responsabilidade - Importação Desembaraçada em Outra Unidade Federada**

Modalidade	Quant. Processos
Diferimento FDI	402
Drawback	29
<b>Total</b>	<b>431</b>

**Total de Processos COMEX**

(R\$ 1,00)

Modalidade	Quant. Processos	Valor do ICMS
Análise de Processos com Desoneração do ICMS Importação	5.137	1.008.157.282,86
Admissão Temporária *	237	2.992.039,45
Termos de Responsabilidade - Importação Desembaraçada em Outra Unidade Federada	345	
<b>Total</b>	<b>5.719</b>	<b>1.011.149.322,31</b>



TABELA 26  
ATIVIDADES DE RESSARCIMENTO E RESTITUIÇÃO DO ICMS

(R\$ 1,00)

Ressarcimento do ICMS			
Tipo	Proc	Solic	Deferido
Peças	198	26.970.508,25	22.128.624,21
Trigo	352	75.477.662,12	50.862.430,18
Outros	120	4.806.404,01	2.047.481,50
<b>Total</b>	<b>670</b>	<b>107.254.574,38</b>	<b>75.038.535,89</b>

(R\$ 1,00)

Restituição do ICMS			
Tipo	Proc	Solic	Deferido
Bebidas	122	21.963.421,84	21.059.435,88
Outros	43	23.935.869,31	14.420.917,01
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>45.899.291,15</b>	<b>36.480.352,89</b>

(R\$ 1,00)

Total Geral			
Item	Proc	Solic	Deferido
Ressarcimento	670	107.254.574,38	75.038.535,89
Restituição	165	45.899.291,15	36.480.352,89
<b>Total</b>	<b>835</b>	<b>153.153.865,53</b>	<b>111.518.888,78</b>

Examinando-se a eficiência do processo, constata-se que a relação *processo deferido/processo solicitado* equivalente a 73%, correspondente a uma queda de 14% em relação ao exercício anterior.

Tal eficiência do processo de ressarcimento/restituição permitiu ao fisco glosar das pretensões dos contribuintes **R\$ 41.634.976,75** no exercício.

TABELA 27  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA NOTIFICADA

(R\$ 1,00)

Termo de Notificação		
Status	Quantidade	Valor
Lançado	72	69.271.091,07
Pago	56	23.802.686,89

O Índice de retorno do lançamento do ICMS pela atividade de monitoramento fiscal em 2014, ou seja, a conversão do valor lançado em caixa, correspondeu a 34% e 78% em valor e em quantidade termos de notificação emitidos, muito além dos valores alcançados em 2013, da ordem de 3% e 12%, respectivamente.

TABELA 28  
DEMONSTRATIVO DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO ST

(R\$ 1,00)

Auto de Infração		
Status	Quantidade	Valor
Lançado	8	4.509.294,60
Pago	5	738.388,67

#### ACÇÕES DA COORDENADORIA DE PESQUISA E ANÁLISE FISCAL

**Representações Fiscais Enviadas ao Ministério Público do Estado do Ceará pela CEPAF - Coordenadoria de Pesquisa e Análise Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ/Ce** - Foram enviados ao Ministério Público do Estado do Ceará os autos de infração que configuram, em tese, crimes contra a ordem tributária, para apreciação e providências que se fizerem necessárias. No período de janeiro a dezembro de 2014, foram encaminhados um total de 587 (quinhentos e oitenta e sete) Representações Fiscais, originadas de 769 (setecentos e sessenta e nove) Autos de Infração lavrados contra contribuintes do Estado do Ceará, todos com trânsito em julgado na via administrativa e devidamente inscrito na Dívida Ativo Estadual. Referidas Representações Fiscais resultaram em supressão de receita tributária de ICMS no valor de R\$ 77.387.070,32 (setenta e sete milhões, trezentos e oitenta e sete mil, setenta reais e trinta e dois centavos) que, acrescida dos valores correspondentes às penalidades pecuniárias legais, totalizaram um montante devido ao Estado do Ceará de R\$ 165.342.476,64 (cento e sessenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), assim distribuídos:

TABELA 29  
DEMONSTRATIVO DAS REPRESENTAÇÕES FISCAIS

(R\$ 1,00)

Representações Fiscais	Autos de Infração	ICMS Devido (R\$)	Multa (R\$)	Total (R\$)
587	769	77.387.070,32	87.955.407,02	165.342.476,64

*Nota: Vale salientar que os valores demonstrados apresentam-se em seus valores nominais (valores da época da autuação).*



A revisão fiscal, no exercício de 2014, concluiu 20 ações fiscais tendo os seguintes resultados: Ações Fiscais de Auditoria Fiscal com a lavratura de **32 (trinta e dois)** Autos de Infração com o lançamento de **R\$ 5.150.384,44**, ICMS principal e multa; Realizou a análise de **187** processos de Autos Nulos/Extintos pelo Contencioso Administrativo Tributário.

**Implantação o controle da arrecadação das receitas originárias dos órgãos da administração direta e indireta**

- ✓ Arrecadado dos Órgãos da Administração Indireta, via DAE, R\$ 8,80 milhões em 2014;
- ✓ Habilitada a emissão de DAE para 7 (sete) Órgãos;
- ✓ Em desenvolvimento o Projeto para a emissão de DAE em 4 (quatro) Órgãos.

**Painel Fiscal**

- ✓ Implantados 8 Indicadores: Receita; Fiscalização; Auto de Infração; Monitoramento Fiscal; Omissão; Declarado x Recolhido; Débito Fiscal; Receita Futura; Fiscalização de Trânsito e ITCD;
- ✓ Implantação da Rede Social Corporativa;
- ✓ Implantação do Gerenciamento de Projetos.

**REDESIM**

- ✓ Concluída a integração SEFAZ/JUCEC;
- ✓ Recepção pela SEFAZ das imagens dos documentos de registro digitalizadas pela JUCEC;
- ✓ Em desenvolvimento o integrador estadual- JUCEC x SEFAZ

**MÓDULO FISCAL ELETRÔNICO** - Iniciado o processo para implantação e operacionalização de novo modelo de emissão de documentos das operações fiscais de venda ao consumidor, com emissão de Cupons Fiscais Eletrônicos através de Módulo Fiscal Eletrônico.

O referido sistema tem como objetivo:

- ✓ Adotar o modelo de emissão do Cupom Fiscal Eletrônico previsto no Ajuste SINIEF11/10;
- ✓ Simplificar e reduzir as obrigações acessórias dos contribuintes e suas operações comerciais, realizadas através de um documento fiscal moderno e seguro;
- ✓ Ampliar o número de contribuintes do atual modelo com vistas à ampliação da capacidade de arrecadação do Estado;
- ✓ Integrar-se com o modelo de Educação Fiscal (PSNVD).



## AUTOMAÇÃO DO CONTROLE NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS

Em continuidade ao Projeto de Modernização do Trânsito de Mercadorias, onde foram investidos em torno de R\$ 98 milhões, nas áreas de infraestrutura, equipamentos e tecnologia, temos:

- ✓ Instalação de Equipamentos de Raios-X de Carga, tipo Scanners, visando combater a sonegação fiscal nos Postos de Fiscalização localizados em Aracati e Crato;
- ✓ Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas, composto por balança, cancela eletrônica, câmeras OCR e do tipo dome nos Postos Fiscais de Aracati e Crato, instrumentos com tecnologia avançada, tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado;
- ✓ Licitação em andamento da aquisição e instalação de câmeras de monitoramento em diversos pontos de rodovias que cruzam nosso Estado, visando o combate ao trânsito de mercadorias com indícios de irregularidade fiscal;
- ✓ Licitação em andamento da Célula de Informações e Operações Fiscais, que será um Centro de Comando e Controle, que coordenará as ações de fiscalização no trânsito de mercadorias através da ação de fiscalização itinerante e utilização de inteligência no cruzamento de dados recebidos pelas câmeras de monitoramento e de várias outras fontes.

### • PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL - REFIS

A Lei nº 15.713 de 03 de dezembro 2014, publicada no D.O.E, em 04/12/2014, que instituiu o Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS 2014, estabelecendo condições especiais aos contribuintes do ICM/ICMS, IPVA e ITCO para efetuarem a regularização dos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/07/2014, inscritos ou não em Dívida Ativa. O prazo de adesão foi até 22/12/2014.

O objetivo desta Lei foi de proporcionar ao contribuinte inadimplente com o Erário Estadual, condições favoráveis à regularização dos débitos, de forma que ele possa readquirir à condição de normalidade no cumprimento das suas obrigações tributárias.

A arrecadação alcançada com os recolhimentos efetivos foi de R\$ R\$ 57 milhões, conforme quadro abaixo.

TABELA 30  
DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DO PROGRAMA DE  
REFINANCIAMENTO FISCAL

(R\$ 1,00)	
Receita	Valor
ICMS	43.780.875,07
IPVA	1.456.305,60
ITCO	5.465.931,93
OUTROS	6.296.993,01
<b>Total</b>	<b>57.000.105,61</b>



## **CIDADANIA FISCAL**

- **Ministradas 12 palestras de sensibilização em 2014** - para professores e alunos do ensino médio e fundamental, da rede públicas e particular, principalmente no interior do Estado (São Gonçalo do Amarante, Iguatu, Pentecoste, Sobral e horizonte) para universidades (Fametro, Uva, Unifor, Unichristus e Faculdade 7 de setembro) e também para servidores ativos e inativos dos fiscos.
- **Realização de 11 Cursos com 395 participantes.**
- **V Seminário Estadual de Educação Fiscal** - com o tema 15 anos do programa de Educação Fiscal no Estado do Ceará - Memórias e perspectivas com 184 participantes. Na ocasião foi feito o lançamento de um e-book com 25 artigos relativos a temas da Educação Fiscal.
- **Desenvolvimento de um projeto em parceria com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social** - destinado a integrantes do Projeto Primeiro passo, cujo público alvo são jovens e adolescentes na faixa etária de 16 a 24 anos, de escolas públicas de ensino fundamental e médio, com 5.040 participantes.
- **Implementação de projeto de inclusão da matéria de educação fiscal de forma transversal no projeto pedagógico da 13a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da educação** - sediada em Acaraú, abrangendo os municípios: Cruz, Bela Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos, totalizando 18 escolas com abrangência de 8.000 alunos.
- **Participação no Projeto do TCM** - Caravana da Cidadania, na cidade de Pentecoste com a presença de 21 municípios vizinhos, com a realização da Gincana da Cidadania, com a participação de colégios das redes Municipal e estadual de ensino, com 150 participantes.
- **Produção de 5 livros didáticos para o ensino médio, fundamental e universitário (35.000 mil exemplares)** - por meio de contrato com a Fundação Demócrito Rocha.
- **Implantação de 02 (dois) Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs** - Na Universidade de Fortaleza e na Faculdade Estácio de Sá (núcleo da Parangaba), com participação da SEFAZ, SRFB, SEFIN e Conselho Regional de Contabilidade, com o objetivo de atuar como Centro de Aprendizagem dos alunos de contabilidade.

## **Taxas**

As receitas provenientes das Taxas, orçadas em R\$ 33.691.959,00 totalizaram na sua realização, R\$ 9.925.601,61, representando apenas 0,09% da Receita Tributária.

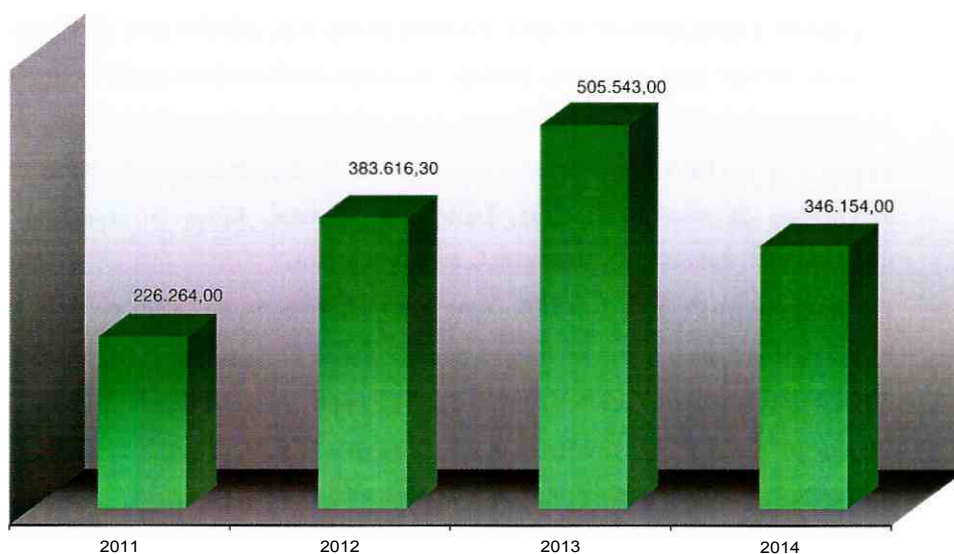
Nesta Fonte de Receita, as Taxas Pela Prestação de Serviços, em 2014, somaram R\$ 9.755.008,64, e cresceram 4,57%, em comparação com o exercício anterior.



### Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial, prevista em R\$ 212.035.915,64 alcançou no exercício de 2014 a quantia de R\$ 346.154.292,20, correspondendo a 1,87% das Receitas Correntes. Esta fonte de receita é formada basicamente pelas Receitas de Valores Mobiliários.

GRÁFICO VII  
EVOLUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL - 2011 A 2014  
R\$ 1.000,00



Fonte: S2GPR/SEFAZ

### Receitas de Serviços

As Receitas de Serviços, no ano de 2014 tiveram uma previsão orçamentária, no valor de R\$ 18.265.555,00 chegando à cifra de R\$ 10.665.466,81.

### Transferências Correntes

As Transferências Correntes, com previsão final de R\$ 7.070.673,555,75, chegaram à cifra de R\$ 6.940.770.680,82, inferior à sua previsão em 1,84%. Tal receita representa 38,36 das Receitas Correntes.



No que diz respeito às transferências constitucionais da União feitas ao Tesouro Estadual, estas atingiram R\$ 5,516 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2014, com um acréscimo nominal de 7,35% relativamente ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado na tabela seguinte. No que se refere a estas transferências, a de maior representatividade foi a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que, no período supracitado, totalizou R\$ 5,327 bilhões, com um acréscimo nominal de 7,55%, comparado com 2013. Esta transferência participou com 90,81% das Transferências Correntes e 28,90% das Receitas Correntes.

Convém informar que no exercício de 2014 as Transferências de Recursos do FUNDEB que se referem ao retorno estão contidas em Outras Transferências Multigovernamentais no valor de R\$ 994.358.743,12 (172401) e participou com 14,32% das Transferências Correntes.

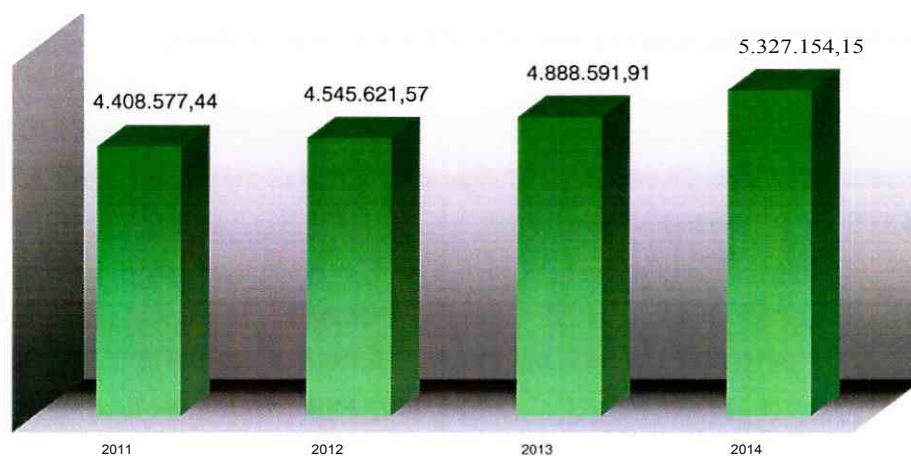
TABELA 31  
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO  
VALORES NOMINAIS

RECEITAS	2013	2014	VARIÇÃO% (2013 / 2014)	(R\$ 1(X))	
				PARTICIPAÇÃO %	
FPE	4.888.591.908,78	5.327.154.148,96	8,97	96,57	
CIDE	2.085.605,03	4.226.597,08	102,66	0,08	
FEP	19.117.370,64	21.882.358,29	14,46	0,40	
ROYALTIES	19.148.194,79	17.435.526,27	(8,94)	0,32	
IPI	29.507.365,77	30.733.303,06	4,15	0,56	
LEI KANDIR	23.821.346,27	23.821.346,28	0,00	0,43	
FUNDO DE EXPORTAÇÃO	0,00	4.576.893,75	0,00	0,08	
CFEM	923.010,98	1.271.680,10	37,78	0,02	
FNDE	112.287.570,77	85.010.823,42	(24,29)	1,54	
ISO	1.172,41	293,72	(74,95)	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>5.095.483.545,44</b>	<b>5.516.112.970,93</b>	<b>8,25</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO VIII  
EVOLUÇÃO DA RECEITA DO FPE - 2011 - 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Com relação ao FUNDEB, as receitas que compõem a sua base de cálculo foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB; foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001.

As Tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo.

A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.



TABELA 32

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DOS RECURSOS DO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2014

(R\$ 1,00)

<b>ORIGEM DO RECURSO</b>	<b>VALOR</b>	<b>PART. %</b>
ICMS ESTADUAL	478.447.208,35	36,35
FPE	279.778.259,41	21,25
FPM	198.263.263,82	15,06
IPI EXP	1.614.090,40	0,12
ITR	88.549,49	0,01
ITCMD	3.044.539,21	0,23
IPVA	31.454.728,28	2,39
ICMS LEI 87/96	1.668.104,16	0,13
<b>RETORNO</b>	<b>994.358.743,12</b>	<b>75,54</b>
COMPL UNIÃO DE EXERCÍCIO ANT	104.885.868,37	7,97
COMPL DA UNIÃO DO EXERCÍCIO	217.153.165,24	16,50
<b>TOTAL DO COMPL DA UNIÃO</b>	<b>322.039.033,61</b>	<b>24,46</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.316.397.776,73</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A

Nota : A Complementação da União de Exercícios Anteriores refere-se aos valores de R\$ 28.230.914,86 e R\$ 20.922.602,79 previstos na Portaria Interministerial n° 16/2013 e ao valor de R\$ R\$ 55.732.350,72, conforme Portaria n° 364, de 28/04/2014 e art. 6, § 2° da Lei n° 11.494, de 20/06/2007.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar 87/96, foram registrados como dedução da respectiva receita orçamentária, conforme discriminado abaixo:

TABEL 33

(R\$ 1,00)

<b>FONTES</b>	<b>VALOR</b>	<b>PART. %</b>
ICMS ESTADUAL	1.367.758.439,29	54,40
FPE	1.065.430.829,49	42,38
IPI EXP	4.609.995,31	0,18
ITCMD	11.602.166,46	0,46
IPVA	59.894.548,98	2,38
ICMS LEI 87/96	4.764.269,16	0,19
<b>TOTAL</b>	<b>2.514.060.248,69</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse da SEFAZ/CE;

Nota 1: Valores computados pelo regime de caixa; \_\_\_\_\_

Nota 2: Nos valores referentes ao ICMS, IPVA e ITCD estão computados o valor Principal, Dívida Ativa,

Multas e Juros de Mora e Penalidades;

Nota 3: Nos repasses realizados em 2014, constam repasses complementares de 2013:

ICMS - R\$ 38.247.994,94 , IPVA - R\$ 420.188,26 e ITCD - R\$ 1.242.787,48;

Nota 4: Parcela da receita arrecadada em 2014 foi repassada ao FUNDEB em 2015:

ICMS - 28.079.238,77, IPVA - 645.671,88, ITCD - 2165.361,34

Nota 5: Os recursos transferidos ao FUNDEB em 2014, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária.

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS AO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ 2014



O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei 11.494/2007.

TABELA 34  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO FUNDEB NO ESTADO DO CEARÁ - 2014

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$ 1,00)
Transferência Realizada pelo Estado	(2.514.060.248,69)
Retornou para o Estado	994.358.743,12
Perda do Estado	(1.519.701.505,57)

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

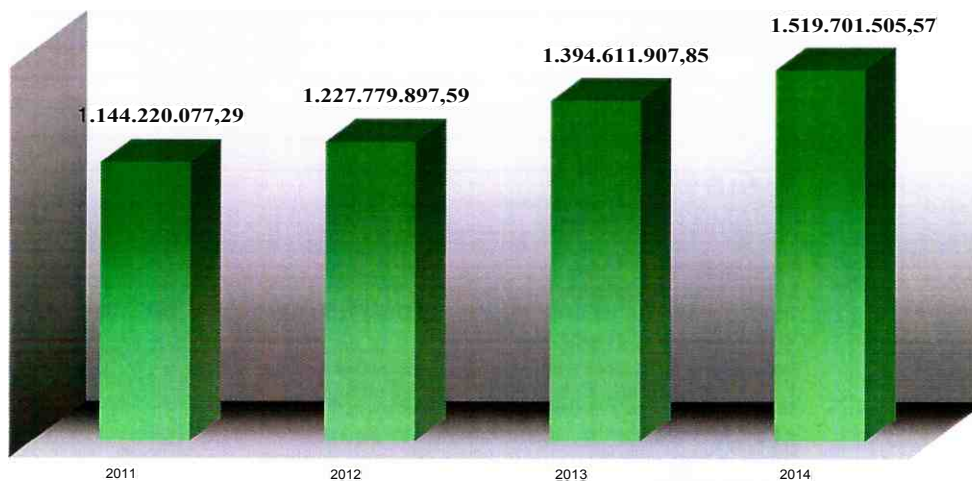
A tabela a seguir demonstra a evolução das perdas do FUNDEB do período de 2010 a 2014

TABELA 35  
DEMONSTRATIVO DO EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB - 2010 - 2014

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>PERDA</b>	992.221.433,71	1.144.220.077,29	1.227.779.897,59	1.394.611.907,85	1.519.701,505,57

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO IX  
EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB - 2010 — 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ



## Outras Receitas Correntes

Esse grupo de receitas em 2014, teve uma previsão no valor de R\$ 413.569.796,91 alcançou a cifra de R\$ 407.059.593,35, inferior ao previsto em 1,57%. Esse grupo apresentou um acréscimo nominal de 28,29% em relação ao exercício anterior. O item Multas e Juros de Mora participou com R\$ 109.737.897,46, equivalente a 26,96% do total do grupo. Os demais itens: Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas atingiram um montante de R\$ 297.321.695,90, representando 73,04% da rubrica Outras Receitas Correntes.

### 2.1.1.2. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, no ano de 2014, somou o montante de R\$ 2.446.051.443,38, correspondendo a uma participação de 11,65% do total da Receita Orçamentária. As receitas com maior participação nessa categoria foram as Operações de Crédito e Transferências de Capital com 66,79% e 30,27, respectivamente.

Em 2014 as Receitas de Operações de Crédito apresentaram um acréscimo nominal de 37,23% e as Transferências de Capital 24,34% se comparado ao exercício anterior.

TABELA 36  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO  
A RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO

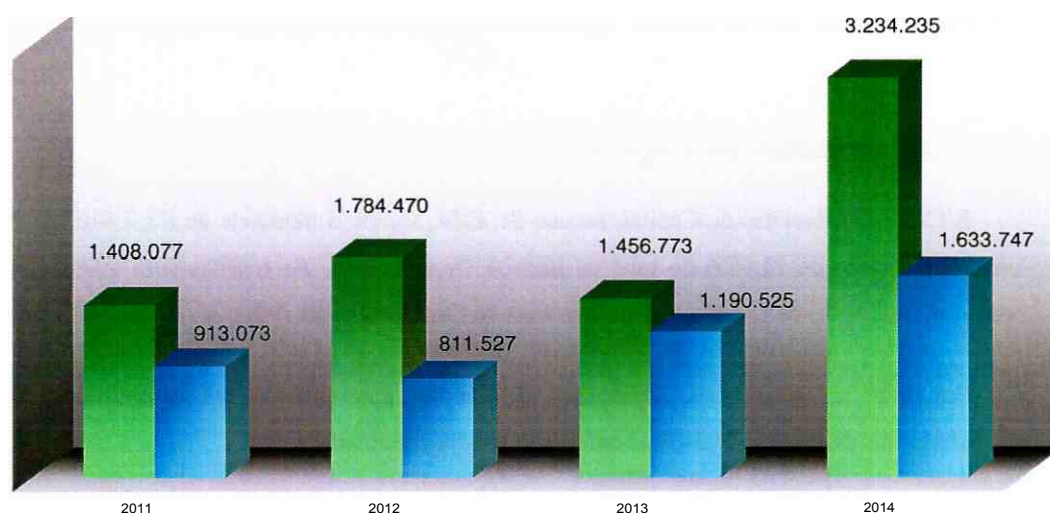
ANO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	(RS MIL)	
			% NÃO REALIZADO	VARIAÇÃO %
2011	1.408.077	913.073	-35,15	-14,12
2012	1.784.470	811.527	-54,52	-23,67
2013	1.456.773	1.190.525	-18,28	30,39
2014	3.234.235	1.633.747	-49,49	101,32

Fonte: S2GPR/SEFAZ



GRÁFICO X

COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO DA RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO -  
2011 — 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Nota: Valores em R\$ 1.000,00

A participação das Operações de Crédito em relação à receita total, nos últimos quatro anos, encontra-se demonstrada a seguir:

TABELA 37

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À  
RECEITA TOTAL: 2011 A 2014

ANO	VALOR LIBERADO	RECEITA TOTAL	Valores Correntes (R\$ 1)
			PARTICIPAÇÃO %
2011	913.072.697	14.111.161.195	6,47
2012	811.527.194	16.238.573.150	5,00
2013	1.190.525.229	18.844.349.204	6,32
2014	1.633.746.799	20.995.912.114	7,78

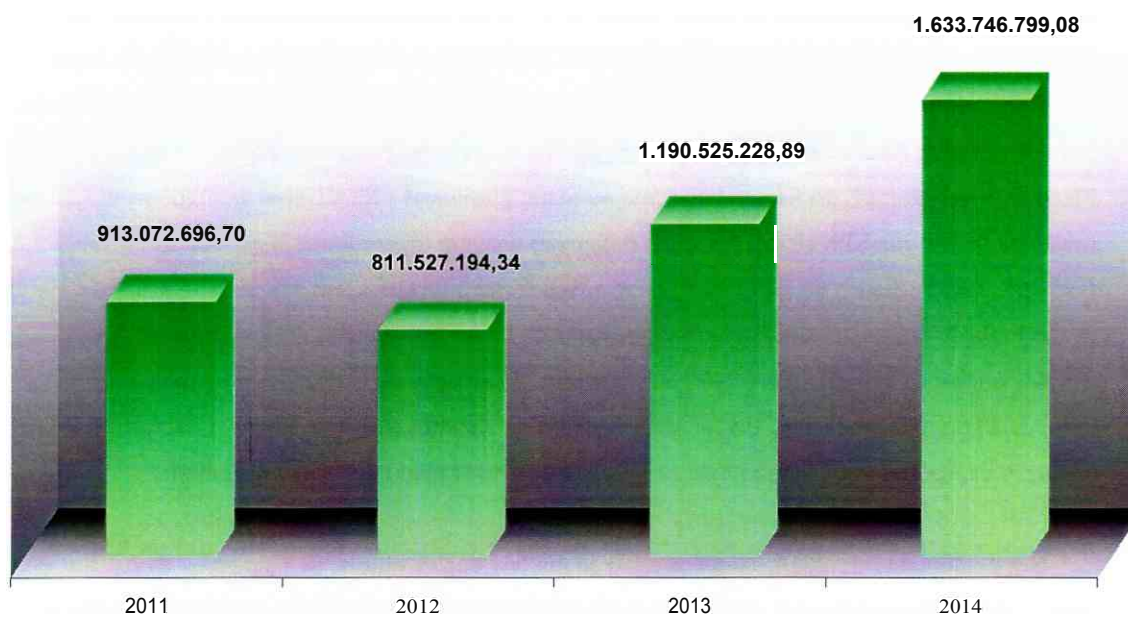
Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Do montante total das receitas de operações de crédito realizadas em 2014, destacam-se as operações de créditos internas obtidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco do Brasil - BB, que totalizaram o valor de R\$ 1.065.252.162,73, correspondente a 65,20% da receita total de operação de crédito, sendo que os recursos originados através do BNDES foram aplicados, principalmente, em projetos no Porto do Pecém, localizado em São Gonçalo do Amarante e no Programa BNDES Estados destinado a projetos do Plano de Investimentos do Estado constante no plano plurianual - PPA e com a complementação da aquisição de 04 (quatro) tuneladoras EPB (Earth Pressure Balanced) a serem utilizadas na implantação da Linha Leste do Metrô de [Fortaleza. Com](#) o Banco do Brasil S/A, os recursos foram utilizados, em sua maior parte, para viabilizar a execução de despesas de capital constante no plano plurianual - PPA, provenientes do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVEST, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.109, de 05 de julho de 2012; e na operação CPAC-PMCMV-BB para a contrapartida do Estado referente ao Programa Minha Casa Minha Vida, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

Nesse montante de 2014, também estão incluídas, dentre outras, as operações de crédito externa financiadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento destinadas ao Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado no valor de R\$ 26.077.957,45, ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NACIONAL - Ceará no valor de R\$ 29.744.389,04, e ao Programa Viário de Integração Logística - Ceará IV no valor de R\$ 186.919.508,17; as operações de crédito externa financiadas com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento destinadas ao Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará - Cidades do Ceará - Cariri Central no valor de R\$ 23.184.089,95 e ao Programa PforR - Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no valor de R\$ 65.710.588,00; e a operação de crédito externa com a Corporação Andina de Fomento - CAF destinado ao Programa de Valorização Turística no valor de R\$ 61.635.979,16.

GRÁFICO XI  
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 2011 A 2014

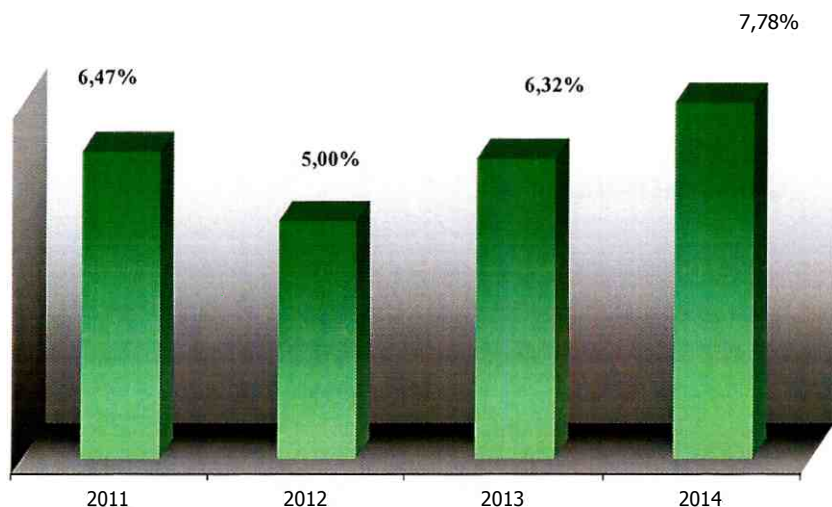


Fonte: S2GPR/SEFAZ



GRÁFICO XII

PARTICIPAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL - 2011 A 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ

### **Alienação de Bens**

A alienação de Bens, no ano de 2014, somou o montante de R\$ 2.909.230,00, com uma participação de 0,12% desprezível no total da Receita de Capital. O valor arrecadado é exclusivamente de Alienação de Bens Móveis. Essa receita apresentou em 2014 um acréscimo de 12.931,04% em comparação com o exercício anterior.

### **Transferência de Capital**

No ano de 2014, esse grupo foi o segundo mais relevante da categoria Receita de Capital com o montante de R\$ 740.532.897,27 participando com 30,27% no total da sua categoria. Essa receita apresentou em 2014 um acréscimo de 24,34% em comparação com exercício anterior.

### **Outras Receitas de Capital**

O grupo Outras Receitas de Capital, no ano de 2014 teve arrecadação no montante, de R\$ 68.862.517,03 superior a sua previsão em 163,38%.



## 2.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada na Administração Direta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2014 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 14.011.274.557,97 correspondendo a 85,66%, da despesa final fixada, que foi R\$ 16.358.036.062,14, não incluindo as transferências para administração Indireta.

### 2.1.2.1. A despesa orçamentária, por tipo de crédito, está assim demonstrada:

TABELA 38  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA X REALIZADA,  
POR TIPO DE CRÉDITO

CRÉDITOS	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	(R\$ 1,00)
				PART.%
Ordinários e Suplementares	16.343.084.473,29	14.000.977.367,03	85,67	99,93
Créditos Especiais	14.951.588,85	10.297.190,91	68,87	0,07
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>85,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

TABELA 39  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR  
TIPO DE ORÇAMENTO E CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	(R\$ 1,00)
				PARTICIPAÇÃO %
<b>FISCAL</b>	<b>15.833.016.324,90</b>	<b>13.505.787.258,62</b>	<b>96,39</b>	<b>85,30</b>
Corrente	10.419.060.376,27	10.173.977.911,33	72,61	97,65
Capital	5.413.955.948,63	3.331.809.347,29	23,78	61,54
Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>516.695.539,44</b>	<b>499.653.988,74</b>	<b>3,57</b>	<b>96,70</b>
Corrente	501.222.090,37	490.202.661,37	3,50	97,80
Capital	15.473.449,07	9.451.327,37	0,07	61,08
<b>INVEST.DAS EMPRESAS</b>	<b>8.324.197,80</b>	<b>5.833.310,58</b>	<b>0,04</b>	<b>70,08</b>
Capital	8.324.197,80	5.833.310,58	0,04	70,08
<b>TOTAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>100,00</b>	<b>85,65</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIII  
DESPESA REALIZADA POR TIPO DE ORÇAMENTO

13.505.787.258,62



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A participação dos poderes do Estado, com seus respectivos órgãos, e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada no quadro seguinte:



TABELA 40

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR  
PODER E ÓRGÃO

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ 1,00)				
	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	REALIZ.%	PART.%
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>525.717.066,25</b>	<b>523.146.177,73</b>	<b>2.570.888,52</b>	<b>99,51</b>	<b>3,73</b>
Assembleia Legislativa	372.674.147,41	371.876.021,83	798.125,58	99,79	2,65
Tribunal de Contas do Estado	72.527.973,54	71.324.387,50	1.203.586,04	98,34	0,51
Tribunal de Contas dos Municípios	80.514.945,30	79.945.768,40	569.176,90	99,29	0,57
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>857.832.333,95</b>	<b>857.715.803,94</b>	<b>116.530,01</b>	<b>99,99</b>	<b>6,12</b>
Tribunal de Justiça	857.832.333,95	857.715.803,94	116.530,01	99,99	6,12
<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>	<b>300.494.706,32</b>	<b>299.134.054,56</b>	<b>1.360.651,76</b>	<b>99,55</b>	<b>2,13</b>
Procuradoria Geral da Justiça	300.494.706,32	299.134.054,56	1.360.651,76	99,55	2,13
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>14.673.991.955,62</b>	<b>12.331.278.521,71</b>	<b>2.342.713.433,91</b>	<b>84,03</b>	<b>88,01</b>
Defensoria Pública Geral do Estado	116.080.561,51	102.372.858,16	13.707.703,35	88,19	0,73
Secretaria da Infra-Estrutura	1.514.411.345,10	744.750.006,95	769.661.338,15	49,18	5,32
Sec. de Seg. Pub. e Def. Social	168.135.455,00	147.090.788,40	21.044.666,60	87,48	1,05
SSPDC - Polícia Civil	323.108.456,73	316.968.573,92	6.139.882,81	98,10	2,26
Polícia Militar	1.081.409.101,64	1.078.963.973,28	2.445.128,36	99,77	7,70
Corpo de Bombeiros	152.364.432,85	149.333.497,26	2.830.935,59	98,14	1,07
Perícia Forense do Estado do Ceará	61.688.480,40	61.063.359,03	625.121,37	98,99	0,44
Academia Estadual de Seg. Pública	13.418.824,40	12.351.139,85	1.067.684,55	92,04	0,09
Gabinete do Governador	59.144.838,92	31.869.315,92	27.275.523,00	53,88	0,23
Gabinete do Vice-Governador	3.783.105,16	3.414.829,49	368.275,67	90,27	0,02
Procuradoria Geral do Estado	65.593.531,27	63.440.430,98	2.153.100,29	96,72	0,45
Casa Militar	10.620.567,75	10.597.786,36	22.781,39	99,79	0,08
Conselho Estadual de Educação	6.017.071,90	5.692.909,14	324.162,76	94,61	0,04
Secretaria da Justiça e Cidadania	364.072.326,58	291.491.332,22	72.580.994,36	80,06	2,08
Secretaria da Fazenda	739.083.608,07	695.101.042,25	43.982.565,82	94,05	4,96
- Encargos Gerais do Estado	3.833.072.439,34	3.795.104.729,53	37.967.709,81	99,01	27,09
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	564.540.686,65	430.125.987,52	134.414.699,13	76,19	3,07
Secretaria da Educação	2.642.189.458,78	2.394.955.896,41	247.233.562,37	90,64	17,09
- Centro de Educ à Dist. do Estado do Ceará	80.356,29	78.380,03	1.976,26	97,54	0,00
Secretaria da Cultura	87.692.977,44	68.533.778,71	19.159.198,73	78,15	0,49
Secretaria dos Recursos Hídricos	621.117.181,47	414.093.210,68	207.023.970,79	66,67	2,96
Casa Civil	152.389.622,47	147.264.121,87	5.125.500,60	96,64	1,05
Secretaria da Ciência, Rec. e Educação Superior	160.989.729,43	137.183.180,47	23.806.548,96	85,21	0,98
Secretaria do Turismo	434.180.706,51	167.285.103,91	266.895.602,60	38,53	1,19
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	18.820.966,09	15.664.634,21	3.156.331,88	83,23	0,11
Secretaria do Esporte	50.325.037,16	24.567.214,28	25.757.822,88	48,82	0,18
Secretaria das Cidades	730.179.586,78	475.727.937,61	254.451.649,17	65,15	3,40
Secretaria de Planejamento e Gestão	114.127.606,15	91.056.243,15	23.071.363,00	79,78	0,65
Escola de Gestão Púb. do Estado do Ceará	4.140.863,31	4.066.488,19	74.375,12	98,20	0,03
Secretaria do Trabalho e Des. Social	181.155.403,40	159.316.097,62	21.639.305,78	88,05	1,14
Conselho Estadual de Desenv. Econômico	56.409.181,17	55.609.592,25	799.588,92	98,58	0,40
Conselho de Políticas e Gestão M. Ambiente	40.654.453,75	13.799.839,53	26.854.614,22	33,94	0,10
Secretaria da Pesca e Aquicultura	32.156.356,46	5.025.665,15	27.130.691,31	15,63	0,04
Secretaria Especial de Grandes Eventos Esportivos	262.114.955,56	208.803.218,86	53.311.736,70	79,66	1,49
Controladoria Geral da Disciplina	8.722.680,13	8.115.358,52	607.321,61	93,14	0,06
<b>TOTAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>2.346.761.504,20</b>	<b>85,65</b>	<b>100,00</b>

fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Vale lembrar que os "Encargos Gerais do Estado", demonstrado na tabela anterior, representa uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda, em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP e outras.

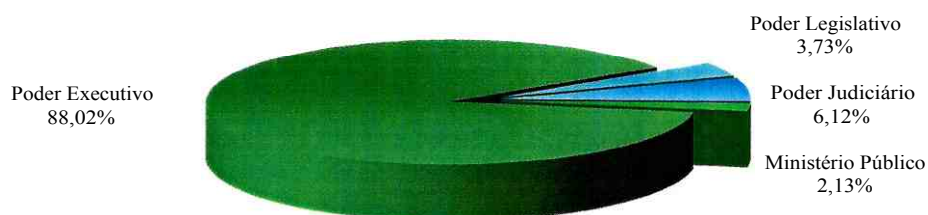
**TABELA 41**  
**DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR**  
**PODER E CATEGORIA ECONÔMICA**

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
Poder Legislativo	525.717.066,25	523.146.177,73	99,51	3,73
Despesas Correntes	513.183.693,55	511.623.568,36	99,70	3,65
Despesas de Capital	12.533.372,70	11.522.609,37	91,94	0,08
Poder Judiciário	857.832.333,95	857.715.803,94	99,99	6,12
Despesas Correntes	854.774.129,77	854.683.676,08	99,99	6,10
Despesas de Capital	3.058.204,18	3.032.127,86	99,15	0,02
Ministério Público	300.494.706,32	299.134.054,56	99,55	2,13
Despesas Correntes	294.209.240,40	293.590.752,68	99,79	2,10
Despesas de Capital	6.285.465,92	5.543.301,88	88,19	0,04
Poder Executivo	14.673.991.955,62	12.331.278.521,71	84,03	88,01
Despesas Correntes	9.258.115.402,92	9.004.282.575,58	97,26	64,26
Despesas de Capital	5.415.876.552,70	3.326.995.946,13	61,43	23,75
<b>TOTAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>85,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

**GRÁFICO XIV**  
**DESPESA REALIZADA POR PODER**



Fonte: S2GPR/SEFAZ



## 2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo, da Administração Direta, está demonstrada da seguinte forma:

TABELA 42  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR  
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	REALIZ.%	(RS 1,00) PARTIC.%
DESPESAS CORRENTES	10.920.282.466,64	10.664.180.572,70	256.101.893,94	97,65	76,11
Pessoal e Encargos Sociais	5.397.478.795,64	5.362.407.868,05	35.070.927,59	99,35	38,27
Juros e Enc. da Dívida	278.661.012,80	272.568.630,97	6.092.381,83	97,81	1,95
Outras Despesas Correntes	5.244.142.658,20	5.029.204.073,68	214.938.584,52	95,90	35,89
DESPESAS DE CAPITAL	5.437.753.595,50	3.347.093.985,24	2.090.659.610,26	61,55	23,89
Investimentos	4.614.778.258,27	2.580.307.881,20	2.034.470.377,07	55,91	18,42
Inversões Financeiras	222.328.818,87	172.071.116,65	50.257.702,22	77,39	1,23
Amortizações	600.646.518,36	594.714.987,39	5.931.530,97	99,01	4,24
<b>TOTAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>2.346.761.504,20</b>	<b>85,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

### 2.1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes, realizadas pela Administração Direta para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa, alcançaram o montante de R\$ 10.664.180.572,70, correspondendo a 76,11% da Despesa Orçamentária.

#### Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R\$ 5.362.407.868,05, é o grupo mais representativo dentro das Despesas Correntes, representando 50,28%.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo "Pessoal e Encargos Sociais", da tabela seguinte, com o total da Despesa de Pessoal da tabela 42. A razão disto é que nesta última estão incluídos os valores empenhados na rubrica Pessoal e Encargos das Administrações Direta e Indireta e calculada nos moldes do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.



TABELA 43

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE  
LÍQUIDA - RCL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS				TOTAL (Últimos 12 meses)
	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.217.787.703,42	411.253.647,18	885.119.243,92	286.976.403,51	8.801.136.998,03
PESSOAL ATIVO	5.287.293.465,91	327.474.920,78	768.158.100,32	251.663.284,34	6.634.589.771,35
PESSOAL INATIVO	1.559.411.926,19	74.518.623,18	116.961.143,60	34.400.900,36	1.785.292.593,33
- Tesouro	826.517.101,48	1.204.406,62	0,00	0,00	827.721.508,10
- Servidor	328.627.425,07	38.297.576,35	54.837.758,15	12.666.876,90	434.429.636,47
- Patronal	404.267.399,64	35.016.640,21	62.123.385,45	21.734.023,46	523.141.448,76
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)	371.082.311,32	9.260.103,22	0,00	912.218,81	381.254.633,35
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	860.171.903,78	74.828.721,26	125.697.404,40	49.368.411,27	1.110.066.440,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	69.632.067,76	0,00	0,00	11.626,60	69.643.694,36
Despesas de Exercícios Anteriores	57.645.011,31	1.514.504,70	22.428.531,90	14.955.884,31	96.543.932,22
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	732.894.824,71	73.314.216,56	103.268.872,50	34.400.900,36	943.878.814,13
DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE • DTP (III) = (-II)	6.357.615.799,64	336.424.925,92	759.421.839,52	237.607.992,24	7.691.070.557,32
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.418.477.503,79	14.418.477.503,79	14.418.477.503,79	14.418.477.503,79	14.418.477.503,79
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE • DTP sobre a RCL (III / (IV*100))	44,09	2,33	5,27	1,65	53,34
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e UI, art. 20 da LRF)	48,60	3,40	6,00	2,00	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF: 99% do Limite Máximo)	46,17	3,23	5,70	1,90	57,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF: 90% do Limite Máximo)	43,74	3,06	5,40	1,80	54,00

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 251031201513:18

Notas:

1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício;

2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;

3 Exclui "Pensionistas" conforme Resolução nº 2230/10-TCE;

4: O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVI()) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (PPP);

Como demonstra a tabela anterior, o Estado cumpriu o que estabelece o inciso II, do Art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, de não exceder 60% da Receita Corrente Líquida com Despesa de Pessoal e Encargos, tendo comprometido, em 2014, 53,34%.

No Demonstrativo da despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Tabela 36, estão apropriadas as despesas com inativos em cada Poder e no Ministério Público.

Os repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social estão apropriados no Pessoal Ativo de cada poder e no Ministério Público.

Constam na Despesa de Pessoal as despesas relativas a mão-de-obra, constantes de contratos de terceirização e inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do quadro de pessoal da Instituição, classificadas no elemento 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

Essa despesa está regulamentada pelo Poder Executivo através da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/SEAD/SECON nº 01, de 21 de junho de 2006.

Na despesa com pessoal não estão computadas as despesas com pensionistas por força da Resolução nº 2230/10/TCE.

Comparando-se, o valor da Despesa com Pessoal do exercício de 2014, com a do exercício de 2013 houve um acréscimo de 9,84%.

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que, em 2014, realizou 5.193 nomeações de novos servidores para integrarem os seguintes órgãos: CGE, ARCE, SEJUS, SESA, POLÍCIA CIVIL, PEOFOE, POLÍCIA MILITAR, SEDUC, SEMACE, UVA, CIDADES e SEFAZ. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2014, um custo adicional de R\$ 108.944.098,77. Vale ressaltar que o impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2015 e 2016 são de R\$ 143.639.957,88 e R\$ 13.892.123,12, respectivamente.

TABELA 44  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00

RREO-ANEXO 3 (LRF, art.53, inciso I)

19/11/14

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	Jul	AGO/14	SET/14	OCT/14	NOV/14	DEZ/14		
<b>I - RECEITAS CORRENTES</b>	1.843.186.115	<b>1.850.270.063</b>	1.491.497.081	<b>1.546.663.074</b>	1.714.625.770	<b>1.586.110.811</b>	<b>1.522.291.694</b>	<b>1.570.800.794</b>	1.604.171.208	<b>1.551.188.703</b>	1.655.341.274	2.125.457.881	20.063.605.197	20.398.190.336
<b>Receita Tributária</b>	1.020.110.151	947.971.433	<b>881.015.799</b>	202.931	844.019.421	<b>870.293.190</b>	882.563.376	<b>2.212.099</b>	925.947.151	952.640.389	<b>935.568.492</b>	1.051.135.548	11.078.280.780	<b>11.148.284.888</b>
ICMS	758.889.571	755.717.678	718.484.780	131.895.915	701.728.760	743.125.315	770.794.288	744.494.511	817.752.837	845.569.068	850.308.929	870.556.529	9.319.318.252	9.356.038.420
PIA	180.204.998	90.949.279	75.789.333	76.150.139	64.506.909	19.194.580	16.911.861	17.834.587	11.515.681	9.311.136	7.464.274	10.501.071	575.728.328	590.733.903
ITCSD	4.202.826	3.787.160	2.433.794	3.569.589	604.100	3.428.568	4.418.637	5.646.305	6.286.155	4.808.358	3.421.426	9.762.131	56.265.255	51.216.130
IRRF	37.364.974	71.353.780	50.201.435	54.858.715	61.451.531	45.918.380	55.759.005	77.115.001	58.403.298	58.71.377	44.724.583	124.574.280	732.549.430	114.111.711
<b>Mas Receitas Tributárias</b>	29.447.771	26.163.533	34.209.557	31.728.452	11.598.912	58.616.367	31.678.785	33.121.865	33.549.780	34.913.852	29.649.276	36.341.536	394.019.514	432.296.724
<b>Receita de Contribuições</b>	21.350.162	43.409.519	<b>37.907.576</b>	25.853.639	38.943.716	<b>36.116.649</b>	38.046.000	43.127.618	38.379.475	40.579.675	32.509.138	109.900.769	513.125.324	616.158.739
Receita Patrimonial	23.394.022	<b>26.994.117</b>	<b>28.014.773</b>	30.781.981	40.331.283	23.733.655	45.999.654	13.518.000	26.173.022	<b>24.656.190</b>	<b>21.458.773</b>	11.286.493	417.812.290	233.531.087
Receita Agropecuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Serviços	<b>2.396.681</b>	<b>2.477.074</b>	<b>3.964.130</b>	3.126.539	<b>2.732.740</b>	52.692.110	<b>4.733.606</b>	<b>3.737.036</b>	4.131.231	3.261.739	<b>4.243.966</b>	2.605.109	432.79.667	<b>72.649.046</b>
<b>Transferências Correntes</b>	748.943.961	<b>799.583.537</b>	499.552.226	<b>560.296.399</b>	763.391.211	610.009.323	522.538.259	591.113.600	567.209.584	<b>496.636.333</b>	629.603.291	20.140.939	7169.423.288	7152.197.868
Cota-Parte do FPE	560.471.408	538.501.000	355.028.128	405.204.833	<b>539.915.262</b>	404.951.391	<b>341.032.112</b>	422.523.000	310.316.810	350.044.221	463.328.298	508.932.193	5327.154.149	5.339.512.274
Transferências da L.O. 87/1996	1.985.112	1.985.111	0	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	3.970.224	<b>23.821.346</b>	28.455.111
Transferências da L.O. 81/1988	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências do FUNDEB	111.721.963	<b>146.828.246</b>	95.436.105	98.525.036	164.216.913	94.572.960	91.321.788	91.656.242	95.818.225	93.846.991	105.427.302	114.966.001	1.316.397.777	1.320.780.876
(Mas Transferências Carentes)	68.765.184	<b>52.268.188</b>	49.031.52	54.581.417	57.204.601	108.497.159	81.821.672	88.948.163	98.969.432	50.160.003	58.862.580	52.272.520	802.050.016	1.063.448.909
Outras Receitas Correntes	<b>20.992.182</b>	<b>29.833.964</b>	<b>41.038.978</b>	<b>28.401.588</b>	<b>25.206.719</b>	<b>39.688.231</b>	28.118.577	<b>50.491.553</b>	<b>42.330.140</b>	<b>32.114.378</b>	31.557.014	<b>168.210.600</b>	<b>538.683.849</b>	574.768.706
<b>II - DEDUÇÕES</b>	669.599.314	<b>499.566.877</b>	<b>457.650.694</b>	<b>439.899.822</b>	<b>475.824.726</b>	410.000.109	417.270.171	461.506.542	424.565.426	<b>448.965.032</b>	480.678.144	565.122.932	5.642.127.694	<b>514.490.5249</b>
<b>Transferências Constitucionais e Legais</b>	299.228.212	213.048.781	223.457.268	<b>210.638.790</b>	214.028.503	<b>181.553.033</b>	191.156.197	206.360.270	187.676.453	<b>214.665.663</b>	225.696.532	<b>207.062.596</b>	2.574.568.162	<b>2.594.492.688</b>
<b>Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor</b>	27.350.162	<b>43.409.919</b>	<b>37.907.576</b>	25.853.639	38.543.116	36.116.649	38.046.000	43.127.618	38.379.475	40.579.675	32.909.738	109.900.769	513.125.324	616.758.139
<b>Contrib. pro Custeio das Pensões Militares</b>	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Compens. Finance. entre Reg. Previdenciários</b>	1.569.186	3.433.118	3.853.280	5.044.069	2.935.356	2.792.613	4.396.301	3.410.945	2.311.819	2.189.414	3.615.367	4.822.431	40.373.960	26.115.906
<b>Ded. de Rec. para a formação do FUNDES</b>	241.451.155	239.674.999	192.432.576	198.363.124	219.917.152	189.925.748	184.010.582	198.107.210	196.187.678	191.526.279	218.456.507	243.947.136	2.514.060.249	2.507.538.536
<b>III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)</b>	1.273.587.461	1.350.703.186	<b>1.033.846.387</b>	1.106.763.452	<b>1.238.801.043</b>	1.174.722.750	1.104.621.528	1.119.194.152	<b>1.179.616.783</b>	1.1.022.372	1.174.663.131	1.559.734.966	14.418.477.501	<b>14.653.284.887</b>

FONTE: S2GPR. COTESICECAD: 25031201513:12



A Receita Corrente Líquida - RCL, no valor de R\$ 14.418.477.503,79 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (Dezembro) e nos 11 meses anteriores.

A RCL é referência para a fixação dos limites das despesas com pessoal, das despesas previdenciárias, das garantias, da dívida consolidada e das operações de crédito. Isto significa que quanto mais aumentar a RCL, mais poderão se expandir os valores das despesas que estão a ela referenciadas.

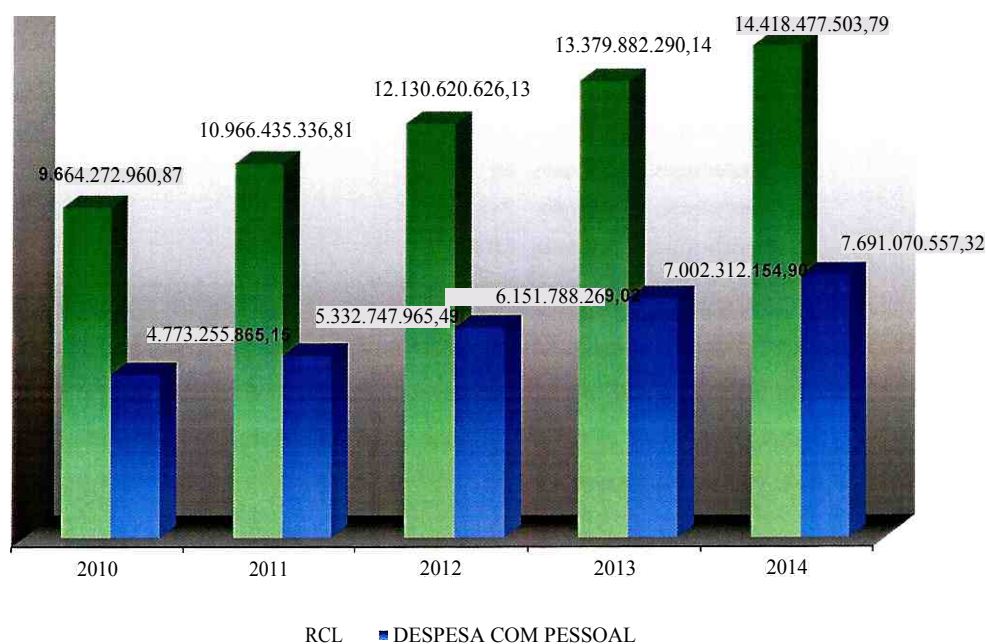
TABELA 45  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(RS 1,00)

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DESPESA COM PESSOAL	REALIZAÇÃO %
2010	9.664.272.960,87	4.773.255.865,15	49,39
2011	10.966.435.336,81	5.332.747.965,49	48,63
2012	12.130.620.626,13	6.151.788.259,02	50,71
2013	13.379.882.290,14	7.002.312.154,90	52,33
2014	14.418.477.503,79	7.691.070.557,32	53,34

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XV  
DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2010 A 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ



### Juros e Encargos da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2014, somaram R\$ 229.708.587,90 representando 2,15% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 19,38%. Está incluído na despesa supramencionada o valor de R\$ 24.732.044,62, referente aos juros e encargos da dívida da COHAB, pagos com recursos do Tesouro.

Os Juros e Encargos da Dívida Externa, no ano de 2014, atingiram a cifra de R\$ 42.860.023,07, representando 0,40% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 23,87%.

### Outras Despesas Correntes

O grupo de despesas "Outras Despesas Correntes", executadas em 2014 somaram R\$ 5.029.204.073,68.

As transferências constitucionais e legais repassadas aos municípios, no exercício de 2014, conforme Art.158 da Constituição Federal, somaram R\$ 2.574.568.161,66, participando com 51,19% na composição do grupo.

TABELA 46  
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS

(R\$ 1,00)	
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	TOTAL
<b>DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS</b>	
Transferências a Municípios - ICMS	2.255.738.720,01
Transferências a Municípios - IPVA	300.600.111,26
Transferências a Municípios - IPI	7.683.325,75
Transferências a Municípios - Royalties	9.489.355,37
Transferências a Municípios - CIDE	1.056.649,27
<b>TOTAL</b>	<b>2.574.568.161,66</b>

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada, no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS, e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB devido pelos municípios, no percentual de 20% sobre a sua cota parte, já líquida das restituições:



TABELA 47  
BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS AOS MUNICÍPIOS

ESPECIFICAÇÃO	VALO
ICMS	8.971.004.065,83
MULTA E JUROS DE MORA - ICMS	30.896.564,07
DÍVIDA ATIVA DO ICMS	49.171.415,73
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	3.619.917,01
<b>TOTAL</b>	<b>9.054.691.962,64</b>
RESTITUIÇÃO DE ICMS	31.662.836,46
RESTITUIÇÃO MULTA E JUROS DE MORA - ICMS	271,48
<b>TOTAL</b>	<b>31.663.107,94</b>
<b>BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS DEVIDA AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>9.023.028.854,70</b>

A Tabela a seguir demonstra os principais componentes do grupo de Outras Receitas Correntes.

TABELA 48  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO GRUPO  
"OUTRAS DESPESAS CORRENTES"

ELEMENTOS DE	AUTORIZAÇÃO	PARTIC.%	REALIZ.%	PARTIC.%	REALIZ.%
Execução Orçamen. Delegada a Estados e ao DF	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Municípios	2.646.412.504,33	50,46	2.624.994.469,51	52,20	99,19
Transf. a Inst. Priv. s/fins lucrativos	361.020.871,23	6,88	317.113.514,81	6,31	87,84
Transf. a Inst. Priv. c/fins lucrativos	7.941.920,00	0,15	7.775.414,00	0,15	97,90
Aplic. Diretas entre Orçamentos	11.555.400,84	0,22	9.012.616,40	0,18	77,99
Transf. ao Exterior	740.433,00	0,01	730.000,00	0,01	98,59
Aplicações Diretas	2.216.451.528,80	42,27	2.069.578.058,96	41,15	93,37
- Indenizações e Restituições	208.891.696,66	3,98	203.371.288,86	4,04	97,36
- Material de Consumo	182.234.460,99	3,48	148.592.129,58	2,95	81,54
- Out. Ser. Terc. P. Física	164.887.326,79	3,14	154.965.663,30	3,08	93,98
- Out. Ser. Terc. P. Jurídica	702.491.877,51	13,40	635.288.451,22	12,63	90,43
- Locação de Mão-de-Obra	451.527.802,22	8,61	439.620.470,30	8,74	97,36
- Passagens e Desp. c/Locomoção	16.879.586,86	0,32	15.946.005,17	0,32	94,47
- Outras Desp. Pessoal - Cont. Terceirização	79.841.781,63	1,52	77.503.489,11	1,54	97,07
- Serviços de Consultoria	14.388.543,21	0,27	13.463.855,04	0,27	93,57
- Material de Distribuição Gratuita	32.123.899,28	0,61	29.560.124,18	0,59	92,02
- Obrigações Trib. Contributivas	134.243.287,13	2,56	133.736.713,06	2,66	99,62
- Auxílio Alimentação	117.350.988,12	2,24	114.625.209,65	2,28	97,68
- Auxílio Finan. a Estudandes	3.710.715,06	0,07	2.438.291,03	0,05	65,71
- Auxílio Finan. a Pessoa Física	2.712.900,00	0,05	660.344,00	0,01	24,34
- Premiações Cult. Artis. e Cient. Desp e Outros	19.996.204,52	0,38	19.935.169,47	0,40	99,69
- Subvenções Econômicas	6.795.739,30	0,13	6.795.739,30	0,14	100,00
- Outros	78.374.719,52	1,49	73.075.115,69	1,45	93,24
	<b>5.244.142.658,20</b>	<b>100,00</b>	<b>5.029.204.073,68</b>	<b>100,00</b>	<b>95,90</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se de: aux. financ. A pesquisadores, auxílio transporte, contratação por tempo determinado, contribuições, despesas de exercícios anteriores, diária civil e militar, out. benefícios assistenciais, pensões (exclusive do RGPS), salário família e sentenças judiciais.



TABELA 49

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
DO ENSINO - MDE (ART.212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

RRFO - ANEXO 8 (LDB art. 72)				1,00
<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
DESCRIÇÃO	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% REALIZADA / PREVISTA (13/A)	
<b>(II) RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>	16.343.495.123,66	16.202.634.751,63	99,14	
IMPOSTOS (ICMS + IPVA + ITCD + IRRF)	10.721.075.076,31	10.717.936.957,95	99,97	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (FPE + PI + LC 87/196)	5.412.718.021,00	5.381.709.092,02	99,43	
DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	65.537.149,35	58.738.763,24	89,63	
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DOS IMPOSTOS	123.773.195,21	67.600.441,48	54,62	
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	20.391.681,79	9.371.670,71	45,96	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		32.722.173,77	-	
<b>(II) TRANSE. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (25% DO ICMS + 50% DO IPVA + 75% DO IPI)</b>	<b>2.583.470.014,00</b>	<b>2.564.022.157,02</b>	<b>99,25</b>	
<b>(III) TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS</b>	<b>13.760.025.109,66</b>	<b>13.638.612.594,61</b>	<b>99,12</b>	
<b>VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (25% DE III)</b>			<b>3.409.653.148,65</b>	
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	Y. REALIZADA / PREVISTA (8/A)	
<b>(IV) RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.526.748.049,36	2.504.946.135,42	99,14	
20% (ICMS + IPVA + IPI DEUZIDAS AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS)	1.441.447.961,24	1.422.226.295,85	98,67	
20% (ITCD + FPE + LC 87/96)	1.085.300.088,12	1.082.719.939,57	99,76	
<b>(V) RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.330.780.876,00	1.328.309.255,93	99,81	
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	997.857.066,00	994.358.743,12	99,65	
COMPLEMENTO DA UNIÃO AO FUNDEB	322.923.810,00	322.039.033,61	99,73	
RECEITA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB	10.000.000,00	11.911.479,20	119,11	
<b>(VI) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>	<b>(1.528.890.983,36)</b>	<b>(1.510.587.392,30)</b>	<b>98,80</b>	
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. EMPE. (3/A)	
<b>(VII) PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	1.084.892.583,00	1.064.456.451,58	98,12	
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	881.760.855,00	863.619.368,64	97,94	
EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS	203.131.728,00	200.837.083,04	98,87	
<b>(VIII) OUTRAS DESPESAS</b>	245.888.293,00	228.968.746,71	93,12	
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	166.771.182,00	157.825.783,34	94,64	
EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS	79.117.111,00	71.142.963,37	89,92	
<b>(IX) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (VII + VIII)</b>	<b>1.330.780.876,00</b>	<b>1.293.425.198,29</b>	<b>97,19</b>	
<b>DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>				<b>VALOR</b>
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				
<b>(XI) TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB</b>				<b>-</b>
<b>(X) MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ((VII-X) / VII) x 100</b>				<b>80,14</b>
<b>CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE</b>				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. EMPE. (B/A)	
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	2.824.045,84	2.745.180,02	97,21	
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	149.524.142,99	136.379.375,12	91,28	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	105.975.338,00	102.982.276,67	97,18	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	43.548.804,99	43.397.098,45	99,65	
<b>ENSINO MÉDIO</b>	1.423.395.174,62	1.393.863.087,16	97,93	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	942.556.699,60	918.881.470,83	97,49	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	480.838.475,62	474.981.616,33	98,78	
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS				
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	327.384.344,59	325.521.517,64	99,43	
<b>ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>	297.673.109,36	283.517.326,80	95,24	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	78.117.111,00	70.777.415,31	90,60	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	219.555.998,36	212.739.911,49	96,90	
<b>OUTRAS</b>	444.011.811,68	439.247.927,51	98,93	
<b>(XII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE</b>	<b>2.644.812.629,08</b>	<b>2.591.274.414,25</b>	<b>97,98</b>	
<b>DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE</b>				<b>VALOR</b>
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				(1.510.587.392,30)
DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				306.640.270,17
RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE				11.911.479,20
DESPESAS CUSTEADAS COMO SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*				
CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RP INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (51 g)				18.086.426,65
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>				<b>(1.173.949.216,26)</b>
<b>(XIII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>				<b>3.765.223.630,53</b>
<b>(XIV) MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((XIII) / (III) x 100) %</b>				<b>27,61</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO</b>				
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS			VALOR	
52- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			10.121.198,55	
53- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			1.318.371.729,09	
54- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			1.308.962.307,90	
55- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			11.911.479,20	
56- (=) SALDO FINANCEIRO 110 EXERCÍCIO DE 2014			31.442.098,94	

FONTES: SMART 1 SEFAZ

Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

No Sem "Outras" correspondem as Subfunções ADMINISTRAÇÃO GERAL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Juros e Amortização da Dívida do Financiamento do PQEII.



Em 2014, o Estado aplicou 27,61% da Receita Líquida de Impostos - RLIT na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, conforme estabelece o art. 212 da Constituição Federal, que prevê o mínimo de 25,00%. Portanto, foram aplicados 2,61 % da RLIT acima do índice definido.

De acordo com a emenda nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB, o Estado, no ano de 2014, aplicou no ensino fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos o seguinte: 20% do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação e Lei Complementar nº 87/96 (deduzidas as transferências constitucionais).

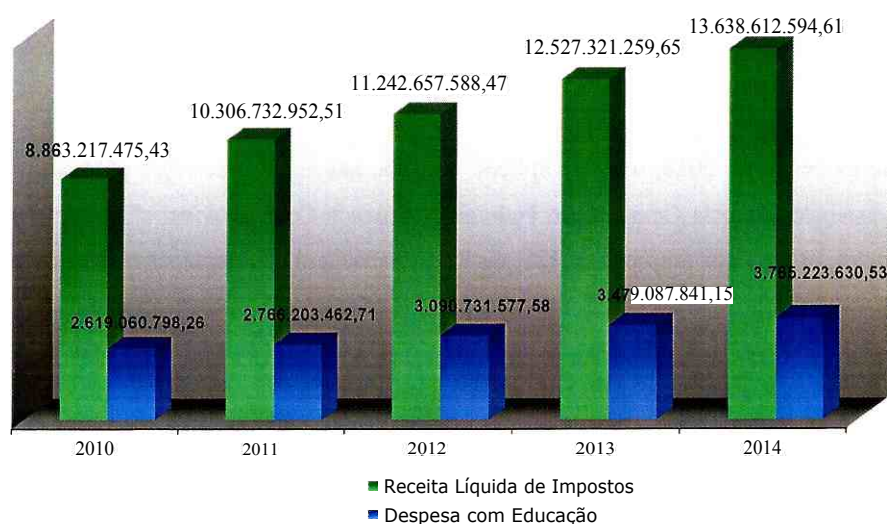
TABELA 50  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

(R\$ 1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM EDUCAÇÃO	REALIZAÇÃO
2010	8.863.217.475,43	2.619.060.798,26	29,55
2011	10.306.732.952,51	2.766.203.462,71	26,84
2012	11.242.657.588,47	3.090.731.577,58	27,49
2013	12.527.321.259,65	3.479.087.841,15	27,77
2014	13.638.612.594,61	3.765.223.630,53	27,61

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XVI  
DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2010 A 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ



TABELA 51

DEMONSTRATIVO DO GASTO COM SAÚDE, CONFORME EC N° 29, DE 13/09/2000

(R\$ 1,00)

1. RECEITAS	VALOR ORÇADO	VALOR ARRECADADO
Receita de Impostos Líquida (I)	13.760.025.068,66	13.638.612.300,89
Receita de Impostos	10.930.777.102,66	10.820.925.659,61
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	54.216.130,00	56.265.255,05
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS	9.356.038.420,44	9.319.318.251,67
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	590.733.903,00	575.728.328,46
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	714.999.711,00	732.949.430,28
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	126.871.354,03	68.553.960,20
Dívida Ativa dos Impostos	67.381.637,20	58.738.763,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	20.535.946,99	9.371.670,71
Receita de Transferências constitucionais e legais	<b>5.412.717.980,00</b>	<b>5381.708.798,30</b>
Cota-Parte FPE	5.339.512.274,00	5.327.154.148,96
Cota-Parte IPI-Exportação	44.749.897,00	30.733.303,06
Desoneração ICMS (LC 87/96)	28.455.809,00	23.821.346,28
Deduções	<b>2.583.470.014,00</b>	<b>2.564.022.157,02</b>
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	2.271.318.271,00	2.255.738.720,01
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	300.964.269,00	300.600.111,26
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Rep. aos Municípios	11.187.474,00	7.683.325,75
2. DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA REALIZADA
Escola de Saúde Pública	62.782,00	49.235,28
Fundo Estadual de Saúde	2.299.205.305,16	2.239.886.798,10
<b>TOTAL DAS DESPESAS(II)</b>	<b>2.299.268.087,16</b>	<b>2.239.936.033,38</b>
Valor legal de aplicação em ações e serviços de Saúde-12,00 %		1.636.633.476,09
<b>PERCENTUAL APLICADO (Despesas/Receitas)</b>		<b>16,42</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota 1: Não inclui as despesas com inativos e pensionistas;

Nota 2: No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE;

Nota 3: Inclui as despesas executadas na modalidade de aplicação referente a transferências a consórcios públicos.

No exercício de 2014, o Ceará aplicou 16,42%, nas ações e serviços públicos de saúde acima em 4,42%, do limite estabelecido pela Constituição Federal. A Emenda Constitucional n° 29, de 13/09/2000, estabelece que para os Estados, os recursos mínimos de 12% da Receita resultante de Impostos e Transferências.



TABELA 52

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

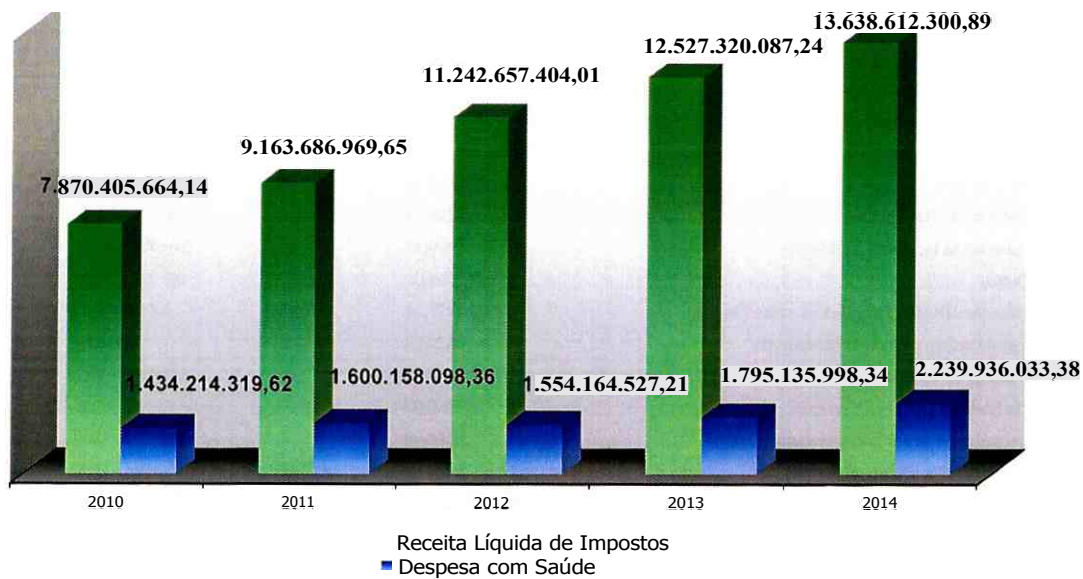
(RS 1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM SAÚDE	REALIZAÇÃO
2010	7.870.405.664,14	1.434.214.319,62	18,22
2011	9.163.686.969,65	1.600.158.098,36	17,46
2012	11.242.657.404,01	1.541.149.530,32	13,71
2013	12.527.320.087,24	1.795.135.998,34	14,33
2014	13.638.612.300,89	2.239.936.033,38	16,42

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XVII

DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2010 A 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ



## 2.1.2.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital são gastos realizados pela administração pública com o fim de criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2014, estas despesas somaram R\$ 3.347.093.985,24, representando 23,89% da Despesa Orçamentária. Comparando-se com o exercício anterior essa categoria apresentou um acréscimo de 34,19% em termos nominais.

TABELA 53  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
DA CATEGORIA "DESPESAS DE CAPITAL"

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO	PART. %	(R\$ 1,00)		
			REALIZAÇÃO	PART. %	REALIZ %
INVESTIMENTOS	4.614.778.258,27	84,87	2.580.307.881,20	77,09	55,91
Transf. <b>Interg.</b> a Municípios	168.828.417,75	3,10	149.196.859,63	4,46	88,37
<b>Transf.</b> a Inst. Privadas s/fins lucrativos	90.125.024,66	1,66	48.030.142,36	1,43	53,29
Aplicações Diretas	4.354.370.038,72	80,08	2.381.666.102,61	71,16	54,70
- Aquisição de Imóveis	65.405.398,95	1,20	59.630.663,67	1,78	91,17
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	109.884.819,27	2,02	63.085.916,12	1,88	57,41
- Contribuições	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Equipamentos e Material Permanente	725.825.409,98	13,35	454.200.364,92	13,57	62,58
- Indenizações e Restituições	87.933.862,12	1,62	72.761.308,28	2,17	82,75
- Material de Consumo	13.988.719,85	0,26	11.554.572,53	0,35	82,60
- Obras e Instalações	2.827.392.292,58	52,(X)	1.384.426.846,86	41,36	48,96
- Serv. de Terc. P. Jurídica	216.403.282,11	3,98	119.151.871,01	3,56	55,136
- Serviços de Consultoria	73.325.180,54	1,35	10.934.377,96	0,33	14,91
- Subvenções Econômicas (43) (A)	133.298.409,27	2,45	116.990.500,57	3,50	87,77
- Outros	100.907.664,05	1,86	88.929.680,69	2,66	88,13
Aplicações Diretas <b>Dec.</b> de Op. entre Órgãos	1.449.777,14	0,03	1.414.776,60	0,04	97,59
- Equipamentos e Material Permanente	628,89	0,00	628,89	0,00	100,00
- Obrigações Tributárias e Contributivas	1.429.148,25	0,03	1.414.147,71	0,04	98,95
- Outros <b>Serv.</b> de Terc. P. Jurídica	20.000,00	0,(X)	0,00	0,(X)	0,00
Execução Orçamentária Delegada à União	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	0,(X)	0,00	0,(X)	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	222.328.818,87	4,09	172.071.116,65	5,14	77,39
Aplicações Diretas	222.328.818,87	4,09	172.071.116,65	5,14	77,39
- Aquisição de Imóveis	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	222.308.818,87	4,09	172.071.116,65	5,14	77,40
- Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	0,(X)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA <b>DÍVIDA</b>	600.646.518,36	11,05	594.714.987,39	17,77	99,01
Aplicações Diretas	600.646.518,36	11,05	594.714.987,39	17,77	99,01
- Principal da Dívida Contratada Resgatada	600.646.518,36	11,05	594.714.987,39	17,77	99,01
<b>TOTAL</b>	<b>5.437.753.595,50</b>	<b>100,00</b>	<b>3.347.093.985,24</b>	<b>100,00</b>	<b>61,55</b>

Fonte: Sistema de gestão Governamental por Resultados-S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se: outros serviços de terceiros pessoa física, locação de mão-de-obra, passagens e despesas com locomoção, obrigações tributárias e contributivas, despesas de exercícios anteriores e diárias civil.

## - Investimentos

Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R\$ 2.580.307.881,20 participando com 77,09% de sua categoria. Os elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, respondem pelo montante de R\$ 1.838.627.211,78, correspondente a 71,26% do grupo. No Grupo de Investimento estão incluídos os valores de programas de grande porte, concluídos ou a concluir pelo Governo do Estado. A tabela a seguir evidencia os principais:

TABELA 54  
DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE MAIOR  
RELEVÂNCIA

	(R\$ 1,00)	
PROGRAMAS DE GOVERNO	VALOR	PART. %
EXECUÇÃO E SUPERVISÃO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ - CAC -1a ETAPA	319.594.236,09	12,39
AMPLIAÇÃO DO PORTO - 2ª ETAPA - COMP. II - OBRAS	291.957.976,56	11,31
IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL/ITAREMA	172.328.980,98	6,69
ESTUDOS E PROJETOS/ RECUPERAÇÃO DA RODOVIA SÃO BENEDITO/IBIAPINA/UBAJARA	116.990.500,57	4,53
CONSTRUÇÃO E/OU IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS	115.185.018,65	4,46
VLT PARANGABA/MUCURIBE COMP. I OBRAS	101.105.396,19	3,92
EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	90.723.044,74	3,52
EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO	87.501.388,15	3,39
IMPLANTAÇÃO DE OBRAS URBANAS ORIUNDAS DE DEMANDAS MUNICIPAIS	82.621.480,19	3,20
PROMOTEC - COMP I - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	77.293.426,89	3,00
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	60.173.642,14	2,33
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PORTO DO PECÉM	47.158.798,32	1,83
MODERNIZAÇÃO DA PORTA DE VEÍCULOS DA SSPDS	46.643.360,00	1,81
CORREIA TRANSPORTADORA - 2ª ETAPA - COMP. III - TRANSPORTADORES TUBULARES DE CORREIA	46.411.686,12	1,80
PROINFTUR - COMP III A - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA: AMPLIAÇÃO DA ESTRADA CE 085	44.276.254,45	1,72
CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS DE ENXURRADAS PARA QUINTAIS PRODUTIVOS	42.181.146,45	1,63
RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA METRO-FERROVIÁRIO	39.970.065,00	1,55
CPAC - PROJETO RIO MARANGUAPINHO	38.322.095,89	1,49
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO TREM METROPOLITANO DE FORTALEZA - UNI-LA LESTE	37.000.237,10	1,43
PSJ III - COMPL II - SERVIÇOS DE ÁGUA (SIST. DE ABAST. DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	35.611.869,71	1,38
APOIO À MUNICÍPIOS, ENTIDADES PÚBLICAS E GOV. E ORGANIZAÇÕES CIVIS NA IMPLANTAÇÃO	31.127.180,59	1,21
CONSTRUÇÃO DO EIXO DE INTEGRAÇÃO TRECHO V	30.761.419,71	1,19
PROFISCO - COMPL II A - ADM. TRIB. E CONTENCIOSO FISCAL - MELHORIA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	30.705.640,51	1,19
ACQUÁRIO - COMP VII - OBRAS DE INSTALAÇÃO E RECHEIO	26.283.603,15	1,02
CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIAS	23.950.284,05	0,93
CIDADES I - COMPL I - QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL NA REGIÃO DO CARIRI CENRAL	23.392.599,82	0,91
PAC - MELHORIAS URB. E AMB. DO RIO MARANGUAPINHO - BARRAGEM DRAGAGEM E URBANIZAÇÃO	19.204.793,70	0,74
REFAPAI (FRAGMENTO) E MODERNIZAÇÃO DA ÁREA DE TI DA SSPDS	19.170.539,26	0,74
AQUISIÇÃO, RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS DE RELEVÂNCIA CULTURAL	18.132.924,27	0,70
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.116.179.589,25</b>	<b>82,01</b>
OUTROS	464.128.291,95	17,99
<b>TOTAL</b>	<b>1,20</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Em 2014, o Estado realizou, apenas, 55,91% do valor autorizado para as ações de investimento, face à sua dependência de recursos externos, porém, o valor realizado representa 77,09% do total das despesas de capital. Se comparado com o montante de Investimentos de 2013, que foi de R\$ 1.722.912.521,89, esse grupo de despesas, em 2014, apresentou um acréscimo de 49,76% em termos nominais. O montante realizado com recursos do grupo fonte tesouro representa (6,67%). O Ceará ainda possui necessidades além de sua capacidade de geração de recursos próprios. Tendo em vista essa condição adversa, o Estado tem se credenciado à captação financeira através da contratação de operações de crédito, por ser uma referência no atendimento das exigências requeridas pelos credores.

### - Inversões Financeiras

No grupo de Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R\$ 172.071.116,65. A execução da despesa nesse grupo de despesa, em 2014, foi exclusivamente, no item Constituição ou Aumento de Capital de Empresa. Em relação ao exercício de 2013 teve uma redução nominal de 29,56%.

Destaca-se, que os valores repassados para aumento de capital, no exercício de 2014, foram realizados para as seguintes empresas: ADECE, CAGECE, METROFOR, COGERH e COMPANHIA DOCAS.

### - Amortização da Dívida

A Amortização da Dívida Interna somou R\$ 380.575.728,37, que representa 11,37% das Despesas de Capital. Confrontando-se com o exercício de 2013, apresentou um acréscimo nominal de 2,88%. Esta incluída nesta despesa o valor de R\$ 411.227,51 referente a Amortização da Dívida da COHAB paga pelo Tesouro do Estado.

A Amortização da Dívida Externa somou R\$ 215.240.252,17, representando 6,43% das Despesas de Capital. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo nominal de 36,97%.

## 2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 10, § 6º da Lei nº 15.406, de 25 de julho de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO) publicada no Diário Oficial do Estado em 05 de agosto de 2013.

TABELA 55  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GRUPO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA ORÇAMENTÁRIA				VARIÇÃO %
		-2013,	. %	2014	PART. %	
	PESSOAL E FICARGOS SOCIAIS	4.776.717.422,68	39,81	5.362.407.868,05	38,27	12,26
2	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	227.018.789,46	1,89	271.568.630,97	1,95	20,06
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.501.665.253,26	37,52	5.029.204.073,68	35,89	11,72
4	INVESTIMENTOS	1.722.912.521,89	14,36	2.580.307.881,20	18,42	49,76
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	244.274.232,51	2,04	172.071.116,65	1,23	(29,56)
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	527.038.585,58	4,39	594.714.987,39	4,24	12,84

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XVIII  
DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO - 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ

O grupo de despesa mais representativo foi Pessoal e Encargos Sociais com 39,81% do total da Despesa Orçamentária.



TABELA 56  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS,  
POR FONTE DE RECURSOS

		IC. %	DESPESA	PARTIC. %
				(R\$ 1,00)
TESOURO	14.375.427.400,93	77,95	10.401.700.955,38	74,24
COTA PARTE DA CONT. DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	57.714.860,99	0,31	62.980.772,11	0,45
COTA PARTE DA CONT. INTERV. NO DOM. ECON.	4.493.071,18	0,02	1.056.649,27	0,01
ALIENACAO DE BENS	2.909.230,00	0,02	113.260,91	0,00
MEDIDA COMPENSATORIA AMBIENTAL	2.474.219,57	0,01	7.076.472,10	0,05
RECURSOS PROVENIENTE DO FUNDEB	1.006.780.532,78	5,46	987.420.934,58	7,05
COMPL. DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	322.039.033,61	1,75	306.640.270,17	2,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.752.939.837,31	9,50	1.347.196.196,15	9,62
OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	0,00	0,00	64.685.033,10	0,46
OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MARANGUAPINHO	152.585.504,14	0,83	38.322.095,89	0,27
OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB	0,00	0,00	48.624.000,00	0,35
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS BNDES	357.499.138,35	1,94	305.303.473,48	2,18
OPERACAO DE CREDITO NAO CONDICIONADA	0,00	0,00	10.730.381,34	0,08
OP DE CRED INTERNAS BNDES/ESTADOS	349.883.059,16	1,90	122.050.757,70	0,87
OP DE CRED INTERNAS BNDES/PROINVEST	302.136.686,22	1,64	259.639.678,68	1,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNB	5.000.000,00	0,03	0,00	0,00
OPERACOES CREDITO INTERNAS CEF	38.258.372,78	0,21	22.457.665,55	0,16
OPERACOES CREDITO EXTERNAS KFW	4.095.620,03	0,02	2.812.000,29	0,02
OPERACOES CREDITO EXTERNAS BIRD	27.755.469,95	0,15	53.209.731,99	0,38
OPERACOES CREDITO EXTERNAS BID	330.822.360,45	1,79	93.210.629,66	0,67
OPERACOES CREDITO EXTERNAS TESOURO/FIDA	0,00	0,00	290,00	0,00
OPERACOES CREDITO EXTERNAS TESOURO/CAF	0,00	0,00	54.881.631,63	0,39
OPERACOES CREDITO EXTERNAS TESOURO/MLW	0,00	0,00	76.143.079,35	0,54
OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNAS - PforR	65.710.588,00	0,36	183.099.170,33	1,31
RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	119.193.038,23	0,65	12.026.577,16	0,09
CONVÊNIOS	917.822.711,22	4,98	897.089.047,27	6,40
CONV. ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	0,00	427.694,83	0,00
CONV. ÓRGÃOS FEDERAIS	917.463.866,01	4,97	894.830.369,53	6,39
CONV. ÓRGÃOS PRIVADOS	49.206,45	0,00	1.592.973,12	0,01
CONV. ÓRGÃOS MUNICIPAIS	309.638,76	0,00	238.009,79	0,00
			<b>14.011.274.557,94</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Pela análise na tabela acima, constata-se que os maiores dispêndios do Estado em 2014, originaram-se das fontes do Tesouro e de Recursos provenientes de Operações de Crédito que somaram R\$ 11.748.897.151,53, e representaram 83,85% da Despesa Orçamentária.



TABELA 57

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO DE METAS FISCAIS COM A REALIZAÇÃO,  
DE ACORDO COM OS ARTs. 4º, § 1º e 5º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(RS MIL)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>21.657.907</b>	21.065.610	<b>97</b>
<b>1.1. RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>17.866.461</b>	<b>21.039.455</b>	<b>118</b>
1.1.1. Receita Tributária	9.271.358	11.079.060	119,50
1.1.2. Receita de Contribuição	1.235.237	1.361.597	110,23
1.1.3. Receita Patrimonial	227.571	417.814	183,60
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	201.923	318.732	157,85
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	25.648	225.723	880,08
1.1.4. Transferências Correntes	6.651.608	7.469.423	112,29
1.1.5. Receita de Serviços	74.828	53.399	71,36
1.1.6. Demais Receitas Correntes	405.859	658.162	162,17
1.1.7. Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (111)	0	(2.514.060)	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	17.664.538	18.206.663	103,07
1.2. RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.791.446	2.540.215	67,00
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	2.456.937	1.633.747	66,50
1.2.2. Amortização de Empréstimos (V11)	0	0	0,00
1.2.3. Alienação de Ativos (V111)	18	5.956	33.088,89
1.2.4. Transferência de Capital	1.331.248	831.649	62,47
1.2.5. Outras Receitas de Capital	3.243	68.863	2.123,44
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (IX) = (V-VI-VII-VIII)	1.334.491	900.512	67,48
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (X)=(IV+IX)	18.999.029	19.107.175	100,57
<b>2. DESPESA TOTAL</b>	<b>21.611.244</b>	<b>21.783.515</b>	<b>100,80</b>
<b>2.1. DESPESAS CORRENTES (XI)</b>	<b>16.495.131</b>	<b>17.277.833</b>	<b>104,75</b>
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	8.998.386	9.126.570	101,42
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XII)	310.128	297.663	95,98
2.1.3. Outras Despesas Correntes	7.186.617	7.853.600	109,28
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIII)=(XI-XII)	16.185.003	16.980.170	104,91
2.2. DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	5.116.113	4.505.682	88,07
2.2.1. Investimentos	4.476.076	3.475.765	77,65
2.2.2. Inversões Financeiras	147.362	434.101	294,58
2.2.2.1. Concessão de Empréstimos (XV)	70.188	259.866	370,24
2.2.3. Amortização da Dívida (XVI)	492.675	595.816	120,93
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL <sup>12</sup> (XVII)=(XIV-XV-XVI-XIX)	2.419.600	3.650.000	150,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	46.662	0	0,00
(-) Programas de Infra-estrutura (XIX)	0	(1.545.618)	0,01
(-) Superávit excedente ano 2013 LDO/14 art.19, § 2º (XX)	0	(432.713)	0,00
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS/NÃO-PRIMÁRIAS-RP2 (XXI)	2.133.650	(1)	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XXII)=(XIII+XVII+XVIII)	18.651.265	18.651.839	100,00
RESULTADO PRIMÁRIO XXIII = (X-XX)	347.764	455.336	130,93
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>347.051</b>	<b>2.144.080</b>	<b>618</b>

Fonte: S2GPR/SEFAZ/SEPLAG

Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERIL, CEGÁS, CEARÁ PORTOS, METROFOR, CEASA;

2) Deduzidas as despesas discricionárias;

3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo "Inversões Financeiras";

4) Resultado Nominal = Dívida Fiscal Líquida (2014) (R\$ 6.084.983.357,00) - Dívida Fiscal Líquida (2013) (R\$ 3.940.902.395,00);

5) Despesa pelo valor empenhado;

6) A "Previsão" foi extraída do Demonstrativo da LOA 2014.

O cálculo do Resultado Primário está de acordo com a LOA nº 15.268 de 28/12/2012.

De conformidade com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal projetadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014.

A meta de Resultado Primário fixada através da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014 foi de R\$ 347.764 mil, considerando a despesa empenhada, o tesouro obteve um superávit primário de R\$ 455.336 mil, superior ao estabelecido em Lei, chegando a 130,93% da meta fixada.

Com referência ao resultado nominal, obteve-se um valor de R\$ 2.144.080 mil, correspondente à diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do exercício de referência (2014) e a Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior (2013). Importante informar que o Resultado Nominal no conceito da LRF indica em quanto a dívida de um ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício. Se o resultado for positivo, revela o quanto a dívida aumentou, se for negativo, o quanto a dívida diminuiu. Por conseguinte, no Estado do Ceará registrou-se um aumento no estoque da dívida, bem como uma elevação na disponibilidade financeira.

O Resultado Nominal evidencia o quanto o estado tem contraído empréstimo para os investimentos do Estado. O fato de o Estado ter apresentado uma variação positiva entre a Dívida Fiscal Líquida de 2014 e Dívida Fiscal Líquida de 2013, não significa, que houve em 2014, um desequilíbrio no endividamento do Estado, haja vista que a relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida foi de 0,42%, situação bastante confortável em relação a LRF e a Resolução nº 43 do Senado Federal que estabelece que o nível de endividamento dos Estados pode ser de até 2 vezes a RCL.

**TABELA 58**  
**DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DO RESULTADO NOMINAL EM RELAÇÃO**  
**À META - PERÍODO 2011 A 2013**

	(R\$ milhões)			
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>VALORES CORRENTES</b>				
META FIXADA NO ANEXO DE METAS				
FISCAIS DA LOA	-152	-152	1.082	347
RESULTADO NOMINAL	542	139	581	2.144
<b>% EM RELAÇÃO À META</b>	<b>-355,19%</b>	<b>-91,45%</b>	<b>53,70%</b>	<b>618,00%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A busca do equilíbrio fiscal está no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal que deriva dos contratos assinados pelos Estados que no fim da década de 90 renegociaram a dívida com a União. De acordo com o contrato, a cada ano é avaliado pela STN o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior.



#### **2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91**

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF N° 688, de 14.10.2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intra-orçamentária. Portanto, ocorrendo uma despesa intra-orçamentária, obrigatoriamente ocorrerá uma receita intra-orçamentária.

São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, SEMACE etc.



TABELA 59

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA COM APLICAÇÃO NA MODALIDADE 91,  
CONFORME , PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SOF Nº 688, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005

( R\$ 1,00)

ÓRGÃO	DESPESA		RECEITA	
	INTRAORÇAMENTÁRIA		INTRAORÇAMENTÁRIA	
ASSEMBLÉIA	18.660.312,79			0,00
FUNDO ASS		0,00	3.246.291,22	
T CONTAS	6.545.784,39			0,00
TCM	9.219.580,87			0,00
T JUSTIÇA	109.667.494,59			0,00
FERMOJU	554.593,70			0,00
PG E	16.697.127,30			0,00
FAA DEP	234.474,94			588,66
SEINFRA	1.334.520,76			0,00
DER	5.461.873,18			2.830,77
DETRAN	30.629.887,27			728.164,32
DAE	1.299.901,24			0,00
SSPDS	646.318,85			0,00
EDSCBOM		99,43		0,00
POLCIVIL	37.655.917,56			0,00
1º MCE	144.354.945,48			0,00
BOMBEIRO	16.129.763,17			0,0(1
1º FORENSE	6.090.298,92			0,0(1
AESSP	40.630,47			0,00
GABGOV	197.567,29			0,00
VICE GOV	30.101,07			0,00
1º GE	7.567.875,59			0,00
ARCE	1.834.596,56			(1,00
FUNPECEPGE		0,00	772.634,00	
CMIMITAR	43.742,08			0,00
PGJ	37.885.969,45			0,00
CONSEDUC	106,46(1,24			0,00
JUSTIÇA	19.214.349,52			0,00
SEFAZ	91.981.758,56		118.261.949,51	
JUCEC	246.192,55			437,00
ENCARGOS	2.966.212,35			0,00
SDA	3.089.566,91			0,00
EmATERCE	350.006,61			0,00
IDACE	1.376.503,95			0,00
ADAGRI	1.488.912,34			0,00
SEDUC	131.157.415,45			0,00
FUNDES	81.059.374,06			0,00
CULTURA	824.177,19			0,00
SR II	758.396,49			0,0(1
SOHIDRA	507.697,54			0,00
CASA CIVIL	232.420,57			0,00
FUNTELC	587.399,34			0,00
SECITECE	353.577,84			0,00
FUNECE	26.882.909,11		1.563.187,00	
UVA	8.437.049,40			0,00
URCA	10.259.845,70			0,00
FUNCEME	904.000,34			0,00
FUNCAI'	15.037,99			0,00
NUTEC	1.2(19.148,31			76.100,86
FIT	89.937.459,72			0,00
SETUR	854.270,97			0,00
CGE	1.484.538,52			0,00
SEPORTE	155.926,65			0,00
CIDADES	431.892,79			0,00
IDECE	10.202,39			0,00
SEPLAG	7.359.816,25			0,00
SUPSEC	0,0(1		668.160.383,07	
ISSEC	1.936.861,24			0,00
PREV MILITA	0,00		168.627.475,38	
PREVID	0,00		8.437.101,31	
ETICE	713.984,80			8.554.101,92
IPCE	542,55			(1,00
COHAB	3.683,71			0,00
EGPCR	31.407,77			0,00
STDS	7.799.526,99			0,00
FEAS	10.384,28			0,00
FUNDART	(1,00		1.871,12	
CEDE	13.893,46			0,00
CODECE	14.765,50			2.000,00
CONPAM	33.026,23			0,00
SEMACE	3.085.183,57			414.754,62
SPA	21.712,69			0,00
SECO PA	22.756,89			0,00
CGD	48.278,67			0,0(
<b>TOTAL</b>	<b>950.761.904,95</b>		<b>978.849.870,76</b>	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2G PR



Para atender ao Artigo 4º, incisos II e III, da Instrução Normativa nº 01/2000 - TCE, acompanham esta prestação de contas os documentos abaixo relacionados:

- Cópias das atas das audiências realizadas nos meses de maio e setembro de 2014 e fevereiro de 2015, conforme determina o § 4º, do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e

- Relatório dos projetos concluídos e em conclusão do Estado, nos termos do disposto no Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



## 2.2. Da Administração Indireta

### **Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes.**

A análise da execução orçamentária da Administração Indireta envolve as Autarquias, Fundações e Fundos, regidos pela Lei nº 4.320/64, e Empresas Estatais Dependentes (CODECE, COHAB, EMATERCE e ETICE) enquadradas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores, e consolidadas nas contas públicas por determinação da Portaria Ministerial/STN nº 589 de 27/12/01.

#### 2.2.1. Receita Orçamentária

No exercício de 2014, a arrecadação da Receita Orçamentária alcançou a cifra de R\$ 2.623.008.584,83, inferior 14,70% ao valor previsto de R\$ 3.074.940.533,17.

O montante da Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes é proveniente do somatório das origens discriminadas na tabela abaixo:

TABELA 60  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR AGRUPAMENTO DE FONTES

GRUPO	VALOR	(R\$ 1,00) PARTIC.%
- Transferências do Tesouro		
- Transferências do Convênios	97.067.546,87	3,70
- Outras Transferências	542.018.121,51	20,67
- Receitas Próprias	1.981.789.847,95	75,55
- Outras Fontes	2.133.068,50	0,08
<b>TOTAL</b>	<b>2.623.008.584,83</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Os recursos provenientes das Fontes do Tesouro Estadual que foram transferidos para os Órgãos e Entidades da Administração Indireta como Receita de Transferências Intragovernamentais, neste exercício foram centralizados como Transferências Financeiras Intraorçamentárias, não compoem a Receita Orçamentária do órgão dependente do tesouro. A fonte 15 corresponde a recursos de Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 14.415/2009 - e compõe o total dos recursos de Outras Fontes.

O valor contabilizado no FUNDEB de R\$ 1.463.641,90 se refere a devolução de pagamentos de exercícios anteriores e rendimentos de aplicações destes recursos.

Compõem ainda o total de Outras Transferências, recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R\$ 2.192.384,01, do Fundo de Defesa Civil - FDCC R\$ 20.273.378,70 e de recursos provenientes do SUS R\$ 518.088.716,90.

No exercício de 2014 a Receita Orçamentária apresentou o seguinte desempenho:

TABELA 61  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA  
COM A REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	(R\$ 1,00)	
			REAL%	PARTIC%
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.756.057.788,89</b>	<b>2.528.845.365,01</b>	91,76	96,41
Receita Tributária	401.832.600,02	384.872.753,96	95,78	14,67
Receita de Contribuição	1.425.736.907,00	1.361.596.574,52	95,50	51,91
Receita Patrimonial	21.495.171,54	71.958.559,94	334,77	2,74
Receita de Serviços	62.747.952,13	42.733.796,73	68,10	1,63
Transferências Correntes	681.524.312,69	528.657.379,50	77,57	20,15
Outras Receitas Correntes	162.720.845,51	139.026.300,36	85,44	5,30
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>318.882.744,28</b>	<b>94.163.219,82</b>	<b>29,53</b>	<b>3,59</b>
Alienação de Bens	0,00	3.046.616,12	0,00	0,12
Amortização de Empréstimos	0,00	500,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	318.882.744,28	91.116.103,70	28,57	3,47
<b>TOTAL</b>	<b>3.074.940.533,17</b>	<b>2.621.008.584,83</b>	<b>85,30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

As Receitas de Contribuições no montante de R\$ 1.361.596.574,52 correspondem a 51,91% da Receita Orçamentária arrecadada, firmando-se como a maior fonte de receita da Administração Indireta. Sendo responsáveis por esta arrecadação o SUPSEC e o FPP. Em janeiro de 2014, com fundamentação legal na Lei Complementar nº 123, de 16 de setembro de 2013 publicado no Diário Oficial do Estado de 19 de setembro de 2013, o SUPSEC instituído pela Lei Complementar nº 12 de 23 de junho de 1999, foi redenominado Fundo Financeiro - FUNAPREV e criado o Fundo Previdenciário - PREVID e Fundo Financeiro - PREVMILITAR.

As receitas formadas pelas contribuições dos servidores e pela contribuição patronal dos Fundos de Previdência (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e FPP, bem como os recursos diretamente arrecadados por meio das fontes 16 e 70, somaram R\$ 1.904.551.297,47, representando 72,61% do total da Receita Orçamentária arrecadada. Deste montante, as Receitas de Contribuições tiveram uma participação expressiva no valor de R\$ 1.361.596.574,52, ou seja, 71,49%, cabendo aos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID a maior parte. Evidenciamos suas receitas nas tabelas a seguir:



TABELA 62

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CONSOLIDADA FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID,  
CONFORME A ORIGEM DOS RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	(R\$ 1,00)	
			REALIZ.%	PARTIC.%
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.448.916.059,00</b>	<b>1.404.683.981,69</b>	<b>96,95</b>	<b>100,00</b>
<b>1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>1.420.043.226,00</b>	<b>1.355.664.328,32</b>	<b>95,47</b>	<b>96,51</b>
<b>1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR PARA O RPPS</b>	<b>613.960.983,00</b>	<b>510.276.735,36</b>	<b>43,71</b>	<b>36,33</b>
1.1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR ATIVO	535.782.031,00	423.537.017,89	79,05	30,15
1.1.1.2. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO	54.633.488,00	60.198.260,50	110,19	4,29
1.1.1.3. CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA	23.545.464,00	26.541.456,97	112,72	1,89
<b>1.1.2. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - FONTE 04</b>	<b>805.863.940,00</b>	<b>845.224.959,76</b>	<b>0,00</b>	<b>60,17</b>
1.1.2.1. CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR ATIVO	<b>805.863.940,00</b>	245.224.959,76	0,00	60,17
1.13. COMPENS. PREV. ENTRE REGIME GERAL/PREVIDENCIÁRIO	26.115.906,00	403.739.597,22	154,60	2,87
<b>1.2. RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>2.756.927,00</b>	<b>8.645.693,65</b>	<b>313,60</b>	<b>0,62</b>
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	2.756.927,00	8.645.693,65	313,60	0,62
<b>1.4. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>	<b>218.303,00</b>	<b>162.633,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,01</b>
1.4.1. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO RPPS	218.303,00	162.633,20	0,00	0,01

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 63

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR - FPP  
CONFORME A ORIGEM DE RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	(R\$ 1,00)	
			REALIZ.%	PARTIC.%
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.023.681,00</b>	<b>13.064.611,16</b>	<b>216,89</b>	<b>100,00</b>
<b>1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>5.693.681,00</b>	<b>5.932.246,20</b>	<b>104,19</b>	<b>45,41</b>
<b>1.1.1. CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR</b>	<b>2.579.453,00</b>	<b>2.685.954,98</b>	<b>104,13</b>	<b>20,56</b>
1.1.1.1. DOS DEPUTADOS - OBRIGATÓRIOS E FACULTATIV	2.579.453,00	2.671.129,38	103,55	20,45
1.1.1.1. PENSIONISTA DO FPP	0,00	14.825,60	0,00	0,11
<b>1.1.2. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR - FONTE 06</b>	<b>3.114.228,00</b>	<b>3.246.291,22</b>	<b>104,24</b>	<b>24,85</b>
1.1.2.1. PATRONAL PARA O FPP	2.579.453,00	2.340.090,05	90,72	17,91
1.1.2.1. PARA O FPP DE EXERCÍCIO ANTERIOR	534.775,00	906.201,17	169,45	6,94
<b>1.2. RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>314.010,00</b>	<b>6.858.699,38</b>	<b>2.184,30</b>	<b>52,50</b>
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	314.000,00	6.858.699,38	2.184,30	52,50
1.2.2. MULTAS E JUROS DE MORA - CONT DOS DEPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>1.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.000,00</b>	<b>273.665,58</b>	<b>0,00</b>	<b>2,09</b>
1.3.1. MULTAS DE JUROS DE MORA	16.000,00	229.330,03	1.433,31	1,76
1.3.2. RESTITUIÇÕES DIVERSAS	0,00	74,20	0,00	
1.3.3. TAXA REMUNERATÓRIA DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	0,00	44.261,35	0,00	0,34
<b>TOTAL</b>	<b>61.233.681,00</b>	<b>13.064.611,16</b>	<b>216,89</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Excluindo-se as contribuições arrecadadas pelo SUPSEC e FPP, as entidades com o maior volume de receita própria foram o DETRAN e FERMOJU, com 62,44% e 12,49%, respectivamente, do total da receita própria.

No ano de 2014, a Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes teve um acréscimo de 10,10%, em relação ao exercício de 2013.

As Transferências de Convênios apresentaram um acréscimo de 12,26% em relação a 2013, pelo aumento da Fonte 83, convênios com órgãos federais.



## 2.2.2. Despesa Orçamentária

No exercício de 2014, a despesa realizada por Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes atingiu o montante de R\$ 7.772.240.596,44, correspondente a 86,58% da despesa autorizada, que importou em R\$ 8.976.998.656,36.

As fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas estão resumidas, conforme a tabela abaixo.

TABELA 64  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR  
FONTE DE RECURSOS

FONTE	AUTORIZADA	REALIZADA	(R\$ 1.00)	
			REALIZ %	PARTIC. %
00. Recursos Ordinários	1.819.031.663,23	1.786.039.348,14	98,19	22,98
01. Cota-parte do FPE	2.794.166.783,53	2.758.086.006,77	96,48	35,49
3. Contribuição do SUPSEC	643.052.119,00	597.687.682,73	92,95	7,69
4. Contribuição Patronal do SUPSEC	805.863.940,00	781.856.211,48	97,02	10,06
5. Contribuição Parlamentar	2.579.453,00	794.541,72	30,80	0,01
6. Contribuição Parlamentar Patronal	3.114.228,00	0,00	0,00	0,00
10. Recursos provenientes do FECOP	104.737.539,58	82.446.587,70	78,72	1,06
11. Cota-parte da CIDE	5.000.000,00	3.792.727,73	75,85	0,05
12. Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
15. Depósitos Judiciais - PIMPJ	38.869.707,44	35.202.662,79	90,57	0,45
16. Medidas Compensatórias	6.949.429,00	726.469,97	10,45	0,01
29. Venda de Selos de Autenticidade	25.864.399,00	24.473.124,85	94,62	0,31
40. Operações de Crédito não Condicionadas	788.461,47	123.206,57	15,63	0,00
44. <del>Inden.</del> pela Ext de Petróleo, Xisto e Gás	29.596.660,00	28.068.816,28	94,84	0,36
47. Operações de Crédito Internas ENDES/ESTADOS	174.254.847,74	46.783.039,67	26,85	0,60
48. Operações de Crédito Externas	5.524.800,00	72.600,00	1,31	0,00
53. Operações de Crédito Internas BNDES/PROINVEST	105.515.341,95	90.906.197,73	86,15	1,17
59. Operações de Crédito Externas - BID	651.955.878,20	162.961.058,34	25,00	2,10
69. Operações de Crédito Externas - PforR	71.440.559,85	50.434.272,07	70,60	0,65
70. Recursos Diretamente Arrecadados	691.089.531,48	620.870.443,00	89,84	7,99
76. Recursos Provenientes do FIT	9.909.536,30	3.942.085,50	39,78	0,05
79. Transferência ao Fundo de Defesa Civil - FDCC	24.272.739,86	20.132.020,00	82,94	0,26
81. Convênios com Órgãos Interne. - Adm. Indireta	72.419,66	0,00	0,00	0,00
83. Convênios com Órgãos Federais - Adm. Indireta	270.785.394,24	126.201.067,14	46,61	1,62
87. Convênios com Órgãos Municipais - Adm. Indireta	150.000,00	70.987,57	47,33	0,00
89. Convênios com Órgãos Privados - Adm. Indireta	4.488.106,58	941.758,43	20,98	0,01
91. Recursos provenientes do SUS	683.442.061,52	547.236.874,47	80,07	7,04
92. Repasses Fundo a Fundo - FNAS	4.483.055,73	2.390.805,79	53,33	0,03
<b>TOTAL</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>86,58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



A maior parcela de recursos para a realização das despesas teve origem no Tesouro Estadual, fontes 00 e 01, que somaram R\$ 4.544.125.354,91 correspondente a 58,47% da despesa total.

As fontes 81, 83, 87 e 89, relativas a Convênios, somaram R\$ 127,213.813,14 com participação de 1,64% na despesa total. A fonte 91 - Recursos Provenientes do SUS - destinadas ao FUNDES totalizou o montante de R\$ 547.236.874,47, correspondendo a 7,04% do total da despesa.

As despesas realizadas com recursos diretamente arrecadados, fonte 70, concentraram-se no DETRAN, FIT, FERMOJU, SEMACE, FEC e ARCE que responderam por 87,85% das despesas com essa fonte de recursos.

O DETRAN, FAADep, FDEJ, FDID, FDS, FEC, FECA, FERMOJU, FUNSEG, FIT, FUNDART, JUCEC E FEDAF têm independência financeira do Tesouro, uma vez que executam seus orçamentos com recursos diretamente arrecadados.

Os tipos de créditos utilizados na execução da Despesa Orçamentária estão discriminados na tabela abaixo.

TABELA 65  
COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA POR TIPO DE CRÉDITO

(RS 1.00)

CRÉDITOS	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZ. %	PARTIC. %
Ordinários e Suplementares	8.959.748.620,06	7.762.211.133,24	86,63	99,87
Especiais	17.250.036,30	10.029.463,20	58,14	0,13
<b>TOTAL</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>86,58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental Dos Resultados - S2GPR

A execução da despesa, por categoria econômica, está demonstrada a seguir, tendo sido discriminada segundo os grupos de despesas constantes da Lei Orçamentária de 2014, relativa aos exercícios 2013 e 2014.



TABELA 66

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA E GRUPO

(R\$ 1,00)

DIS CRIMINAÇÃO	DESPESA REALIZADA		PARTIC.% VARIACÃO		
	2013	PARTIC.% 2014			
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.799.340.828,70</b>	<b>90,68</b>	<b>6.613.652.646,82</b>	<b>85,09</b>	<b>14,04</b>
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.494.637.019,45	54,64	3.764.161.981,69	48,43	7,71
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	19.461.406,34	0,30	25.094.659,97	0,32	28,95
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.285.242.402,91	35,73	2.824.396.005,16	36,34	23,59
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>596.173.026,52</b>	<b>9,32</b>	<b>1.158.587.949,62</b>	<b>14,91</b>	<b>94,34</b>
- INVESTIMENTOS	516.621.374,25	<b>8,08</b>	895.457.204,65	11,52	<b>73,33</b>
- INVERSÕES FINANCEIRAS	78.916.927,93	<b>1,23</b>	262.029.751,82	3,37	<b>232,03</b>
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	634.724,34	<b>0,01</b>	1.100.993,15	0,02	<b>73,46</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>100,00</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>100,00</b>	<b>21,53</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O grupo Pessoal e Encargos Sociais, como em 2013 e 2014, constituiu a maior parcela de gastos das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos. Em 2014, dentre as entidades da Administração Indireta, regidas pela Lei nº 4.320/64, destacam-se, nessa ordem o FUNAPREVI, PREVMILITAR, FUNDES e FUNECE que somaram R\$ 3.354.455.869,48, ou seja, 89,12% do total gasto no grupo em análise.

O valor registrado no grupo Juros e Encargos da Dívida refere-se às despesas relacionadas aos empréstimos contraídos pela COHAB junto ao Banco do Brasil S/A - BB, pelo PASEP do ISSEC, PASEP da ARCE, da ADAGRI e do FUNDES no total de R\$ 25.094.659,97.

O gasto do SUPSEC com Pessoal e Encargos Sociais, incluindo todas as fontes, totalizou, em 2014, o montante de R\$ 2.414.205.403,61 conforme demonstra a tabela seguinte.



TABELA 67

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL DO SUPSEC, POR CATEGORIA E GRUPO.

(R\$1,00)

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA	
	2013	2014
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.188348.251,22</b>	<b>2414.205A03,61</b>
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.188.548.251,22	2.414.205.403,61
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
- OUTRAS DESPESAS CORRENTE	0,00	0,00
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- INVESTIMENTOS	0,00	0,00
- INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.188.548.251,22</b>	<b>2.414.205.403,61</b>

Fonte: Sistema. de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR.

No grupo Outras Despesas Correntes, os maiores gastos foram realizados nos seguintes elementos:

TABELA 68

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DO GRUPO "OUTRAS DESPESAS CORRENTES"

ELEMENTOS DE DESPESA	(R\$ 1,00)
	VALOR
- Material de Consumo	248.839.983,11
- Material de Distribuição Gratuita	231.474.283,03
- Locação de Mão-de-Obra	227.983.021,13
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	969.101.917,50
- Contribuições	451.133.044,97
- Despesas de Exercícios Anteriores	29.642.025,15
- Despesas com Terceirização	304.289.016,79
- Rateio p/Participação em Consórcio Público	104.755.042,04
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.567.218.333,72</b>
- Outros Elementos	257.177.671,44
<b>TOTAL</b>	<b>2.824.396.005,16</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Do valor verificado no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, o FUNDES foi responsável pela aplicação da maior parcela de recursos com 60,90%, seguido pelo DETRAN, com 19,08%, ISSEC com 7,58% e FERMOJU com 4,65%.

No grupo Investimentos, as maiores despesas ficaram por conta dos elementos a seguir:

TABELA 69  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DO GRUPO "INVESTIMENTOS"

(R\$ 1,00)	
ELEMENTOS DE DESPESAS	VALOR
- Auxílios	78.366.666,93
- Obras e Instalações	491.098.267,03
- Equipamentos e Material Permanente	127.904.659,16
- Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	128.915.269,73
SUTOTAL	826.284.862,85
- Outros Elementos	69.172.341,80
<b>TOTAL</b>	<b>895.457.204,65</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O DER respondeu pela maioria das despesas com investimentos, participando com R\$ 575.277.559,04, o que corresponde a 64,24% do total do grupo. As aplicações do DER nesse grupo tiveram a seguinte distribuição: 63,31% em Obras e Instalações, 20,76% em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, 6,10% em Auxílios e 9,83% em outros elementos.

Os investimentos do DER originaram-se de recursos de Operações de Crédito Internas BNDES/PROINVEST, fonte 53, com 15,80%, de recursos do Tesouro Estadual, fonte 00 e 01, com 25,37%, de Operações de Crédito Externa BID, fonte 59, com 27,46%, de Empréstimos com o BNDS, com 8,77%, de Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás, fonte 44, com 4,24% e outras fontes com 18,36% deste 17,66% são oriundos de Convênios com Órgãos Federais, fonte 83.

Das aplicações no grupo Investimentos do FUNDES, 39,87% originaram-se do Tesouro Estadual e o restante teve como origem convênios com órgãos federais.

No grupo Inversões Financeiras, o elemento Concessão de Empréstimos representa a quase totalidade dos gastos, cuja execução deve-se ao FDI e FUNDART, no valor de R\$ 261.679.012,51. Tal despesa corresponde a incentivos fiscais concedidos às indústrias instaladas no Estado do Ceará no âmbito do Programa de Incentivos as Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI e incentivos fiscais concedidos aos artesãos.

Os valores a receber resultantes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, através do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI, Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN e Programa de Desenvolvimento no Comércio Internacional e das Atividades Portuárias e Aeroportuária do Ceará - PDCI e do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, assim como as deduções dos prováveis valores a fundo perdido, estão demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 70  
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS DO FDI

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CURTO PRAZO	VALORES LONGO PRAZO
Empréstimos Concedidos - PROAPI	78.843.455,27	447.690.019,91
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-60.407.619,11	-399.593.896,58
<b>Saldo</b>	<b>18.435.836,16</b>	<b>48.096.123,33</b>
Créditos a Receber - PROVIN	904.247.435,50	2.386.031.652,97
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-754.243.921,40	-2.164.783.848,31
<b>Saldo</b>	<b>150.003.514,10</b>	<b>221.247.804,66</b>
Créditos a Receber - PDCI	0,00	0,00
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	0,00	0,00
<b>Saldo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: S2GPR/SEFAZ/BRADESCO

A perda do FDI, nos programas PROVIN e PDCI, corresponde à diferença entre o valor do benefício concedido, o qual corresponde ao limite máximo de 75% do ICMS devido (art. 17 do Decreto nº 29.183/2008) e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), conforme abaixo:

$$\text{PERDA} = \text{BENEFÍCIO CONCEDIDO} - \text{RETORNO}$$

No caso do FDI/PROAPI, a perda corresponde à diferença entre o valor do empréstimo concedido e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), demonstrado abaixo:

$$\text{PERDA} = \text{EMPRÉSTIMO CONCEDIDO} - \text{RETORNO}$$

O valor do retorno será um percentual que incidirá sobre o valor do benefício concedido ou valor do empréstimo.

Os valores do benefício e do retorno serão obtidos a partir de pontuação obtida pela empresa beneficiária que levará em consideração suas características de geração de emprego, custo de transação, localização, responsabilidade social, cultural e ambiental, pesquisa e desenvolvimento e adequabilidade a base de produção regional, conforme Anexo I do Decreto nº 29.183/2008.



Os empréstimos Concedidos no valor de R\$ 259.865.646,04 registrados na Unidade Gestora 480201 (FDI) foram transferidos para a SEFAZ em virtude das disponibilidades geradas pelo retorno do FDI converter-se em receita ordinária do Tesouro Estadual referentes ao valor principal dos benefícios concedidos pelo Fundo.

A Administração Indireta aplicou seus recursos em 26 das 28 funções de Governo, conforme demonstrado na tabela abaixo, sendo 58,47% desses recursos de origem do Tesouro do Estado. As funções de maior representatividade são: Saúde 37,89%, Previdência Social 31,07%, Transportes 10,58%, Educação 4,96%.

TABELA 71  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO

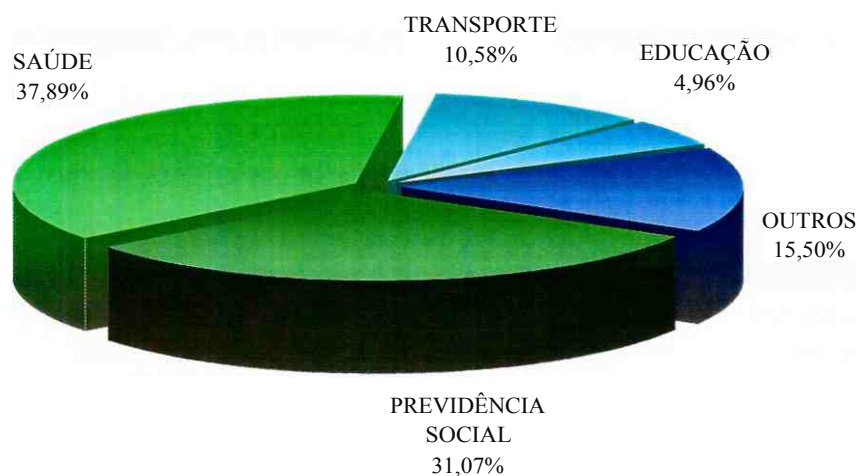
D SCRIMINAÇÃO	AUTORI	EMPENHADO	VARIÇÃO %	(R\$ 1,00)
				PARTIC.%
LEGISLATIVA	2.679.350,00	2.679.350,00	100,00	0,03
JUDICIÁRIA	143.413.475,95	135.029.574,26	94,15	1,74
ESSENCIAL À JUSTIÇA	10.199.500,00	3.436.149,31	33,69	0,04
ADMINISTRAÇÃO	174.894.824,82	122.569.486,56	70,08	1,58
SEGURANÇA PÚBLICA	133.184.939,86	119.929.515,51	90,05	1,54
ASSISTÊNCIA SOCIAL	140.013.091,68	113.223.548,68	80,87	1,46
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.488.868.383,08	2.415.001.173,93	97,03	31,07
SAÚDE	3.210.724.808,58	2.944.686.818,71	91,71	37,89
TRABALHO	2.167.682,00	1.980.331,25	91,36	0,03
EDUCAÇÃO	401.063.423,97	385.454.257,41	96,11	4,96
CULTURA	15.000.000,00	13.287.205,06	88,58	0,17
DIREITOS DA CIDADANIA	19.260.656,09	13.454.055,11	69,85	0,17
URBANISMO	4.049.811,98	3.420.855,52	84,47	0,04
HABITAÇÃO	6.072.216,24	6.050.622,45	99,64	0,08
SANEAMENTO	518.500,00	488.806,93	94,27	0,01
GESTÃO AMBIENTAL	69.783.794,03	55.142.359,08	79,02	0,71
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	153.424.145,32	134.094.832,58	87,40	1,73
AGRICULTURA	142.116.227,17	119.864.993,05	84,34	1,54
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	30.034.402,82	8.606.322,40	28,65	0,11
INDÚSTRIA	271.371.752,84	267.401.570,85	98,54	3,44
COMÉRCIO E SERVIÇOS	9.123.005,43	8.370.999,12	91,76	0,11
COMUNICAÇÕES	21.685.706,68	18.533.805,31	85,47	0,24
ENERGIA	590.593,49	526.610,99	89,17	0,01
TRANSPORTE	1.462.642.290,71	822.542.546,24	56,24	10,58
DESPORTO E LAZER	15.171.058,88	9.857.410,31	64,98	0,13
ENCARGOS ESPECIAIS	46.619.735,74	46.607.395,82	99,97	0,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>86,58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XIX

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO (ADM. INDIRETA) - 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Foi aplicado o maior volume de recursos na função Saúde, executada na ESP, no ISSEC e no FUNDES, cabendo a este a responsabilidade pela aplicação de 96,48% dessa função.

Sequencialmente vem a função Previdência Social, 99,97% administrados pelo SUPSEC para apagamento das aposentadorias e pensões do Estado.

A função Transporte, com 10,58% foi executada pelo DER 76,77%, DETRAN 28,17% e ARCE 0,06%.

A função Educação apresentou um percentual de 4,96% distribuído entre: FUNECE, URCA, UVA e FUNCAP.

Concluindo a análise sobre a execução orçamentária das entidades da Administração Indireta, compreendidas aqui somente as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos, constatou-se que 80,16% de suas despesas foram alocadas em apenas cinco entidades, entre elas, duas Autarquias e três Fundos, conforme o quadro seguinte:

TABELA 72  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DAS PRINCIPAIS ENTIDADES  
POR CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	REALIZAÇÃO		TOTAL	PARTIC.%
		OUTRAS FONTES		
<b>FUNDES</b>	<b>2.223.203.529,74</b>	<b>620.525.249,59</b>	<b>2.843.728.779,33</b>	<b>36,59</b>
Despesas Correntes	2.144.129.297,88	501.305.793,84	2.645.435.091,72	34,04
Despesas de Capital	79.074.231,86	119.219.455,75	198.293.687,61	2,55
<b>SUPSEC</b>	<b>814.476.506,51</b>	<b>1.138.499.056,86</b>	<b>1.952.975.563,37</b>	<b>25,13</b>
Despesas Correntes	814.476.506,51	1.138.499.056,86	1.952.975.563,37	25,13
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DER</b>	<b>193.788.821,09</b>	<b>437.692.226,73</b>	<b>631.481.047,82</b>	<b>8,12</b>
Despesas Correntes	47.819.543,60	8.383.945,18	56.203.488,78	0,72
Despesas de Capital	145.969.277,49	429.308.281,55	575.277.559,04	7,40
<b>PREVMILITAR</b>	<b>220.185.002,89</b>	<b>241.044.837,35</b>	<b>461.229.840,24</b>	<b>5,93</b>
Despesas Correntes	220.185.002,89	241.044.837,35	461.229.840,24	5,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DETRAN</b>	<b>0,00</b>	<b>341.273.327,64</b>	<b>341.273.327,64</b>	<b>4,39</b>
Despesas Correntes	0,00	305.428.540,96	305.428.540,96	3,93
Despesas de Capital	0,00	35.844.786,68	35.844.786,68	0,46
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.451.653.860,23</b>	<b>2.779.034.698,17</b>	<b>6.230.688.558,40</b>	<b>80,16</b>
Despesas Correntes	3.226.610.350,88	2.194.662.174,19	5.421.272.525,07	69,75
Despesas de Capital	225.043.509,35	584.372.523,98	809.416.033,33	10,41
<b>OUTRAS ENTIDADES</b>	<b>1.092.471.494,68</b>	<b>449.080.543,36</b>	<b>1.541.552.038,04</b>	<b>19,83</b>
Despesas Correntes	804.245.822,02	388.134.299,73	1.192.380.121,75	15,34
Despesas de Capital	288.225.672,66	60.946.243,63	349.171.916,29	4,49
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.544.125.354,91</b>	<b>3.228.115.241,53</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>100,00</b>
Despesas Correntes	4.030.856.172,90	2.582.796.473,92	6.613.652.646,82	85,09
Despesas de Capital	513.269.182,01	645.318.767,61	1.158.587.949,62	14,91

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Constata-se, no demonstrativo acima, que o maior dispêndio do Estado em 2014 refere-se às Despesas com Saúde executada pelo FUNDES. De seu valor total, 78,18% foram gastos com recursos do Tesouro Estadual e 21,82% com recursos do convênio com o SUS.

O acréscimo dessa despesa em relação ao exercício de 2013 deveu-se ao fato da Escola de Saúde Pública ter passado a ser uma unidade orçamentária do FUNDES para atender à Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Dos gastos executados no SUPSEC, 58,30% foram realizados com recursos das contribuições patronais e de servidores e 41,70% com Recursos do Tesouro Estadual.

O FDI e o DER aplicaram seus recursos, na sua maioria, em Concessão de Empréstimos e Obras e Instalações, respectivamente. Já o SUPSEC empregou 100% em Despesas com Pessoal.

No cômputo geral das entidades da Administração Indireta, as despesas correntes superaram as de capital em R\$ 5.455.064.697,20, traduzindo-se dessa forma, a utilização expressiva dos recursos do Estado e de outras fontes em gastos de natureza operacional, realizados para a manutenção e o funcionamento das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.